

**Tania Quintaneiro
Maria Ligia de Oliveira Barbosa
Márcia Gardênia Monteiro de Oliveira**

Um Toque de Clássicos
MARX, DURKHEIM e WEBER

**2ª EDIÇÃO REVISTA E AMPLIADA
1ª REIMPRESSÃO**

**Belo Horizonte
Editora UFMG
2003**

Maria Ligia de Oliveira Barbosa
Tania Quintaneiro

A tarefa do professor é servir aos alunos com o seu conhecimento e experiência e não impor-lhes suas opiniões políticas pessoais.

Max Weber



I N T R O D U Ç Ã O

À época de Max Weber, travava-se na Alemanha um acirrado debate entre a corrente até então dominante no pensamento social e filosófico, o positivismo, e seus críticos. O objeto da polêmica eram as especificidades das ciências da natureza e das ciências do espírito e, no interior destas, o papel dos valores e a possibilidade da formulação de leis. Wilhelm Dilthey (1833-1911), um dos mais importantes representantes da ala antipositivista, contrapôs à razão científica dos positivistas a razão histórica, isto é, a idéia de que a compreensão do fenômeno social pressupõe a recuperação do *sentido*, sempre arraigado temporalmente e adscrito a uma *weltanschauung*¹ (relativismo) e a um ponto de vista (perspectivismo). Obra humana, a experiência histórica é também uma realidade múltipla e inesgotável.

Mas foram Marx e Nietzsche, reconhecidos pelo próprio Weber como os pensadores decisivos de seu tempo, aqueles que, segundo alguns biógrafos, tiveram maior impacto sobre a obra do sociólogo alemão. A influência de Marx evidencia-se no fato de ambos terem compartilhado o grande tema — o capitalismo ocidental — e dedicado a ele boa parte de

suas energias intelectuais, estudando-o da perspectiva histórica, econômica, ideológica e sociológica. Weber propôs-se a verificar a capacidade que teria o materialismo histórico de encontrar explicações adequadas à história social, especialmente sobre as relações entre a estrutura e a superestrutura. Em suma, procurou compreender como as idéias, tanto quanto os fatores de ordem material, cobravam força na explicação sociológica, sem deixar de criticar o monismo causal que caracteriza o materialismo marxista nas suas formas vulgares.

Weber também é herdeiro da percepção de Friedrich Nietzsche (1844-1900) segundo a qual a vontade de poder, expressa na luta entre valores antagônicos, é que torna a realidade social, política e econômica compreensível. Isso refletia preocupações correntes de historiadores, sociólogos e psicólogos alemães, interessados pelo caráter conflituoso implícito no pluralismo democrático.

Enfim, cabe lembrar a originalidade de Weber no refinamento dessas e de outras idéias que estavam presentes nos debates da época. Os conceitos com os quais interpretou a complexa luta que tem lugar em todas as arenas da vida coletiva e o desenvolvimento histórico do Ocidente como a marcha da racionalidade representam um avanço em termos de precisão metodológica.

A OBJETIVIDADE DO CONHECIMENTO

Na investigação de um tema, um cientista é inspirado por seus próprios valores e ideais, que têm um caráter sagrado para ele, nos quais deposita sua fé e pelos quais está disposto a lutar. Por isso, deve estar capacitado a estabelecer uma “distinção entre reconhecer e julgar, e a cumprir tanto o dever científico de ver a verdade dos fatos, como o dever prático de defender” os próprios valores, que devem ser obrigatoriamente expostos e jamais disfarçados de “ciência social” ou da “ordem racional dos fatos”. É essencial distinguir a política e a ciência e considerar que esta tampouco está isenta de valores. Enquanto a ciência é um produto da reflexão do cientista, a política o é do homem de vontade e de ação, ou do membro de uma classe que compartilha com outras ideologias e interesses. Segundo Weber, “a ciência é hoje uma vocação organizada em disciplinas especiais a serviço do auto-esclarecimento e conhecimento de fatos inter-relacionados”.² Ela não dá resposta à pergunta: a qual dos deuses devemos servir? Essa é uma questão que tem a ver com a ética. Em outras palavras, é preciso distinguir entre os *juízos de valor* e o *saber empírico*. Este nasce de necessidades e considerações práticas historicamente colocadas, na forma de problemas, ao cientista cujo propósito deve ser o de procurar selecionar e

sugerir a adoção de medidas que tenham a finalidade de solucioná-los. Já os julgamentos de valor dizem respeito à definição do significado que se dá aos objetos ou aos problemas. O saber empírico tem como objetivo procurar respostas através do uso dos instrumentos mais adequados (os meios, os métodos). Mas o cientista nunca deve propor-se a estabelecer normas, ideais e receitas para a *praxis*, nem dizer o que deve, mas o que pode ser feito. A ciência é, portanto, um procedimento altamente racional que procura explicar as conseqüências de determinados atos, enquanto a posição política prática vincula-se a convicções e deveres. A relação entre ciência e valores é, ainda assim, mais complexa do que possa parecer. Segundo Weber:

Hoje falamos habitualmente da ciência como “livre de todas as pressuposições”. Haverá tal coisa? Depende do que entendemos por isso. Todo trabalho científico pressupõe que as regras da lógica do método são válidas; são as bases gerais de nossa orientação no mundo; e, pelo menos para nossa questão especial, essas pressuposições são o aspecto menos problemático da ciência. A ciência pressupõe, ainda, que o produto do trabalho científico é importante no sentido de que “vale a pena conhecê-lo”. Nisto estão encerrados todos os nossos problemas, evidentemente, pois esta pressuposição não pode ser provada por meios científicos — só pode ser interpretada com referência ao seu significado último, que devemos rejeitar ou aceitar, segundo a nossa posição última em relação à vida. (...) A “pressuposição” geral da Medicina é apresentada trivialmente na afirmação de que a Ciência Médica tem a tarefa de manter a vida como tal e diminuir o sofrimento na medida máxima de suas possibilidades. Se a vida vale a pena ser vivida e quando — esta questão não é indagada pela Medicina.³

Mas como é possível, apesar da existência desses valores, alcançar a objetividade nas ciências sociais? A resposta de Weber é que os valores devem ser incorporados conscientemente à pesquisa e controlados através de procedimentos rigorosos de análise, caracterizados como “esquemas de explicação condicional”. A ação do cientista é seletiva. Os valores são um guia para a escolha de um certo objeto pelo cientista. A partir daí, ele definirá uma certa direção para a sua explicação e os limites da cadeia causal que ela é capaz de estabelecer, ambos orientados por valores. As relações de causalidade, por ele construídas na forma de *hipóteses*, constituirão um esquema lógico-explicativo cuja objetividade é garantida pelo rigor e obediência aos cânones do pensamento científico. O ponto essencial a ser salientado é que o próprio cientista é quem atribui aos aspectos do real e da história que examina uma ordem através da qual procura estabelecer uma relação causal entre certos fenômenos. Assim produz o que se chama tipo ideal.

Conclui-se que a atividade científica é, simultaneamente, racional com relação às suas finalidades — a verdade científica — e racional com relação a valores — a busca da verdade. A obrigação de dizer a verdade é, enfim, parte de uma ética absoluta que se impõe, sem qualquer condição, aos cientistas.

Dada a sua complexidade, a discussão realizada por Weber sobre a objetividade das ciências sociais merece uma consideração cuidadosa. Segundo o autor, para chegar ao conhecimento que pretende, o cientista social efetua quatro operações: 1) estabelece leis e fatores hipotéticos que servirão como meios para seu estudo; 2) analisa e expõe ordenadamente “o agrupamento individual desses fatores historicamente dados e sua combinação concreta e significativa”, procurando tornar inteligível a causa e natureza dessa significação; 3) remonta ao passado para observar como se desenvolveram as diferentes características individuais daqueles agrupamentos que possuem importância para o presente e procura fornecer uma explicação histórica a partir de tais constelações individuais anteriores, e 4) avalia as constelações possíveis no futuro.⁴

Weber endossa o ponto de vista segundo o qual as ciências sociais visam a compreensão de eventos culturais enquanto *singularidades*.⁵ O alvo é, portanto, captar a *especificidade dos fenômenos estudados e seus significados*. Mas sendo a realidade cultural infinita, uma investigação exaustiva, que considerasse todas as circunstâncias ou variáveis envolvidas num determinado acontecimento, torna-se uma pretensão inatingível. Por isso, o cientista precisa isolar, da “imensidade absoluta, um fragmento ínfimo” que considera relevante. O critério de seleção operante nesse processo está dado pelo significado que certos fenômenos possuem, tanto para ele como para a cultura e a época em que se inserem. É a partir da consideração de ambos os registros que será possível o ideal de objetividade e inteligibilidade nas ciências sociais. Pode-se dizer, então, que o particular ou específico não é aquilo que vem dado pela experiência, nem muito menos o ponto de partida do conhecimento, mas o resultado de um esforço cognitivo que discrimina, organiza e, enfim, abstrai certos aspectos da realidade na tentativa de explicar as causas associadas à produção de determinados fenômenos. Mas o método de estudo de que se utiliza baseia-se no estado de desenvolvimento dos conhecimentos, nas estruturas conceituais de que dispõe e nas normas de pensamento vigentes, o que lhe permite obter resultados válidos não apenas para si próprio.

Existe uma grande diferença entre conferir significado à realidade histórica por meio de idéias de valor e conhecer suas leis e ordená-la de acordo com conceitos gerais e princípios lógicos, genéricos. Mas a explicação do *fato significativo em sua especificidade* nunca estará livre de pressupostos porque ele próprio foi escolhido em função de valores. Com isso,

Weber rejeita a possibilidade de uma ciência social que reduza a realidade empírica a leis. Para explicar um acontecimento concreto, o cientista agrupa uma certa constelação de fatores que lhe permitam dar sentido a esta realidade particular.⁶

Weber procura demonstrar que conceitos muito genéricos, extensos, abrangentes ou abstratos, são menos proveitosos para o cientista social por serem pobres em conteúdo, logo, afastados da riqueza da realidade histórica. Portanto, a tentativa de explicar tais fenômenos por meio de “leis” que expressem regularidades quantificáveis que se repetem não passa de um trabalho preliminar, possivelmente útil. Os fenômenos individuais são um conjunto infinito e caótico de elementos cuja ordenação é realizada a partir da significação que representam e por meio da imputação causal que lhe é feita. Logo,

a) o conhecimento de leis sociais não é um conhecimento do socialmente real, mas unicamente um dos diversos meios auxiliares que o nosso pensamento utiliza para esse efeito e, b) porque nenhum conhecimento dos acontecimentos culturais poderá ser concebido senão com base na significação que a realidade da vida, sempre configurada de modo individual, possui para nós em determinadas relações singulares.⁷

O princípio de seleção dos fenômenos culturais infinitamente diversos é subjetivo, já que apenas o ponto de vista humano é capaz de conferir-lhes sentido, assim como de proceder à imputação de causas concretas e adequadas ou objetivamente possíveis, destacando algumas conexões, construindo relações, e elaborando ou fazendo uso de conceitos que pretendem ser fecundos para a investigação empírica, embora inicialmente imprecisos e intuídos. Isto vai permitir “tomar consciência não do que é genérico mas, muito pelo contrário, do que é específico a fenômenos culturais”.⁸ A resposta para o problema da relação entre a objetividade do conceito puro e a compreensão histórica encontra-se na elaboração dos tipos ideais, através dos quais busca-se tornar compreensível a natureza particular das conexões que se estabelecem empiricamente.

OS TIPOS IDEAIS

Por meio das ciências sociais “queremos compreender a peculiaridade da vida que nos rodeia” composta de uma diversidade quase infinita de elementos. Ao tomar um objeto, apenas um fragmento finito dessa realidade, o cientista social empreende uma tarefa muito distinta daquela que se propõe

o cientista da natureza. O que procura é compreender uma *individualidade sociocultural* formada de componentes historicamente agrupados, nem sempre quantificáveis, a cujo passado se remonta para explicar o presente, partindo então deste para avaliar as perspectivas futuras.

Sendo uma ciência generalizadora, a Sociologia constrói conceitos-tipo, "vazios frente à realidade concreta do histórico" e distanciados desta, mas unívocos porque pretendem ser fórmulas interpretativas através das quais se apresenta uma explicação racional para a realidade empírica que organiza. Esta adequação entre o conceito e a realidade é tanto mais completa quanto maior a racionalidade da conduta a ser interpretada, o que não impede a Sociologia de procurar explicar fenômenos irracionais (místicos, proféticos, espirituais, afetivos). O que dá valor a uma construção teórica é a concordância entre a adequação de sentido que propõe e a prova dos fatos, caso contrário, ela se torna inútil, seja do ponto de vista explicativo ou do conhecimento da ação real. Quando é impossível realizar a prova empírica, a evidência racional serve apenas como uma hipótese dotada de plausibilidade. Uma construção teórica que pretende ser uma *explicação causal* baseia-se em probabilidades de que um certo processo "A" siga-se, na forma esperada, a um outro determinado processo "B".

Somente as ações compreensíveis são objeto da Sociologia. E para que regularidades da vida social possam ser chamadas de *leis sociológicas* é necessário que se comprove a probabilidade estatística de que ocorram na forma que foi definida como *adequada significativamente*.

Na medida em que não é possível a explicação de uma realidade social particular, única e infinita, por meio de uma análise exaustiva das relações causais que a constituem, escolhem-se algumas destas por meio da avaliação das influências ou efeitos que delas se pode esperar. O cientista atribui a esses fragmentos selecionados da realidade um sentido, destaca certos aspectos cujo exame lhe parece importante — segundo seu princípio de seleção — baseando-se, portanto, em seus próprios valores. Mas, enquanto "o objeto de estudo e a profundidade do estudo na infinidade das conexões causais são determinados somente pelas idéias de valor que dominam o investigador e sua época", o método e os conceitos de que ele lança mão ligam-se às normas de validade científica referidos a uma teoria. A elaboração de um instrumento que oriente o cientista social em sua busca de *conexões causais* é muito valiosa do ponto de vista heurístico. Esse modelo de interpretação-investigação é o *tipo ideal*, e é dele que se vale o cientista para guiar-se na infinidade do real.

Suas possibilidades e limites devem-se: 1) à *unilateralidade*, 2) à *racionalidade* e 3) ao *caráter utópico*. Ao elaborar o tipo ideal, parte-se da escolha, numa realidade infinita, de alguns elementos do objeto a ser interpretado que são considerados pelo investigador os *mais relevantes* para a explicação. Esse processo de seleção acentua — necessariamente — certos

traços e deixa de lado outros, o que confere unilateralidade ao modelo puro. Os elementos causais são relacionados pelo cientista de modo racional, embora não haja dúvida sobre a influência, de fato, de incontáveis fatores irracionais no desenvolvimento do fenômeno real. No relativo à ênfase na racionalidade, o tipo ideal só existe como utopia e não é, nem pretende ser, um reflexo da realidade complexa, muito menos um modelo do que ela deveria ser. Um conceito típico-ideal é um modelo simplificado do real, elaborado com base em traços considerados essenciais para a determinação da causalidade, segundo os critérios de quem pretende explicar um fenômeno.

É possível, por exemplo, construir tipos ideais da economia urbana da Idade Média, do Estado, de uma seita religiosa, de interesses de classe e de outros fenômenos sociais de maior ou menor amplitude e complexidade, e também organizar qualquer dessas realidades a partir de um ou de diversos de seus elementos. Na medida em que o cientista procede a uma seleção, esta vem a corresponder às suas próprias concepções do que é essencial no objeto examinado, e sua construção típico-ideal não corresponde necessariamente às de outros cientistas. Ele procederá, a partir daí, a uma comparação entre o seu modelo e a dinâmica da realidade empírica que examina.

As construções elaboradas por Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo têm, para Weber, o caráter de tipos ideais e, embora teoricamente corretas, não se lhes deve atribuir validade empírica ou imaginar que são "tendências" ou "forças ativas" reais.

Tais construções (...) permitem-nos ver se, em traços particulares ou em seu caráter total, os fenômenos se aproximam de uma de nossas construções, determinar o grau de aproximação do fenômeno histórico e o tipo construído teoricamente. Sob esse aspecto, a construção é simplesmente um recurso técnico que facilita uma disposição e terminologia mais lúcidas.⁹

Um exemplo da aplicação do tipo ideal encontra-se na obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Weber parte de uma descrição provisória que lhe serve como guia para a investigação empírica, "indispensável à clara compreensão do objeto de investigação", do que entende inicialmente por "espírito do capitalismo", e vai construindo gradualmente esse conceito ao longo de sua pesquisa, para chegar à sua forma definitiva apenas no final do trabalho. O tipo ideal é utilizado como instrumento para conduzir o autor numa realidade complexa. O autor reconhece que seu ponto de vista é um entre outros. Cabe à Sociologia e à História, como parte das ciências da cultura,¹⁰ reconstruir os atos humanos, compreender o significado que estes tiveram para os agentes, e o universo de valores adotado por um grupo social ou por um indivíduo enquanto membro de uma determinada sociedade e, por fim, construir conceitos-tipo e encontrar "as regras gerais do acontecer".

OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA SOCIOLOGIA WEBERIANA

AÇÃO E AÇÃO SOCIAL

A *ação* é definida por Weber como toda conduta humana (ato, omissão, permissão) dotada de um *significado subjetivo* dado por quem a executa e que *orienta* essa ação. Quando tal orientação tem em vista a ação — passada, presente ou futura — de *outro* ou de *outros* agentes que podem ser “individualizados e conhecidos ou uma pluralidade de indivíduos indeterminados e completamente desconhecidos” — o público, a audiência de um programa, a família do agente etc. — a ação passa a ser definida como *social*.¹¹ A Sociologia é, para Weber, a ciência “que pretende entender, interpretando-a, a ação social para, dessa maneira, explicá-la causalmente em seu desenvolvimento e efeitos”, observando suas regularidades as quais se expressam na forma de *usos*, *costumes* ou *situações de interesse*,¹² e embora a Sociologia não tenha a ver somente com a ação social, sem embargo, para o tipo de Sociologia que o autor propõe, ela é o dado central, constitutivo.¹³ Entretanto, algumas ações não interessam à Sociologia por serem reativas, sem um sentido pensado, como a de retirar a mão ao se levar um choque.

A explicação sociológica busca *compreender* e *interpretar* o sentido, o desenvolvimento e os efeitos da conduta de um ou mais indivíduos referida a outro ou outros — ou seja, da ação social, não se propondo a julgar a validade de tais atos nem a compreender o agente enquanto pessoa. Compreender uma ação é captar e interpretar sua *conexão de sentido*, que será mais ou menos evidente para o sociólogo. Em suma: ação compreensível é ação com sentido.

As condutas humanas são tanto mais racionalizadas quanto menor for a submissão do agente aos costumes e afetos e quanto mais ele se oriente por um planejamento adequado à situação. Pode-se dizer, portanto, que as ações serão tanto mais intelectualmente compreensíveis (ou sociologicamente explicáveis) quanto mais racionais, mas é possível a interpretação endopática e o cálculo exclusivamente intelectual dos meios, direção e efeitos da ação ainda quando existe uma grande distância entre os valores do agente e os do sociólogo. Interpretar uma ação devida a valores religiosos, a virtudes, ao fanatismo ou a afetos extremos que podem não fazer parte da experiência do sociólogo ou aos quais ele seja pouco suscetível pode, portanto, dar-se com um grau menor de evidência.

Para compreender uma ação através do método científico, o sociólogo trabalha então com uma elaboração limite, essencial para o estudo sociológico, que chama de *tipos puros* ou *ideais*, vazios de realidade concreta ou estranhos ao mundo, ou seja: abstratos, conceituais. O Avarento, personagem dramático de Molière, pode ser visto como um tipo ideal ou puro. Sua principal característica pessoal é a avareza, e todas as suas ações estão orientadas para a possibilidade de guardar cada vez mais dinheiro. É evidente que mesmo os avarentos mais empedernidos não constroem todos os momentos da sua vida em torno apenas da atividade de entesouramento! Apenas figuras imaginadas seriam capazes, por exemplo, de contar os grãos de arroz que cada um de seus filhos estaria autorizado a comer nas refeições... Ainda assim, o personagem proporciona, enquanto tipo ideal, um conjunto articulado de princípios racionais para a explicação das personalidades e ações dos avarentos. E é este o sentido do uso de tipos ideais.

Logo, com base no reconhecimento de que, durante o desenvolvimento da ação, podem ocorrer condicionamentos irracionais, obstáculos, emoções, equívocos, incoerências etc., Weber constrói quatro tipos puros, ou ideais, de ação: a *ação racional com relação a fins*, a *ação racional com relação a valores*, a *ação tradicional* e a *ação afetiva*. Sem dúvida, são muitas as combinações entre a maior ou a menor nitidez com que o agente percebe suas próprias finalidades, os meios de que deverá servir-se para alcançá-las, as condições colocadas pelo ambiente em que se dá sua ação, assim como as conseqüências advindas de sua conduta.

A escala classificatória abrange desde a racionalidade mais pura até a irracionalidade. O sociólogo capta intelectualmente as *conexões de sentido racionais*, as que alcançam o grau máximo de evidência. Isso não ocorre com a mesma facilidade quando valores e afetos interferem nas ações examinadas. A partir de um *modelo* de desenvolvimento da conduta racional, o sociólogo interpreta outras conexões de sentido menos evidentes — sejam aquelas afetivamente condicionadas ou que tenham sofrido influências irracionais de toda espécie — tomando-as como desvios do modelo constituído.

Em síntese: somente a ação com sentido pode ser compreendida pela Sociologia, a qual constrói tipos ou modelos explicativos abstratos para cuja construção levam-se em conta tanto as conexões de sentido racionais, cuja interpretação se dá com maior evidência, quanto as não-racionais, sobre as quais a interpretação alcança menor clareza.

OS TIPOS PUROS DE AÇÃO E DE AÇÃO SOCIAL

A ação de um indivíduo será classificada como *racional com relação a fins* se, para atingir um objetivo previamente definido, ele lança mão dos meios necessários ou adequados, ambos avaliados e combinados tão claramente quanto possível de seu próprio ponto de vista. Um procedimento científico ou uma ação econômica, por exemplo, expressam essa tendência e permitem uma interpretação racional. O procedimento econômico — todo aquele que leva em conta um conjunto de necessidades a atender, quaisquer que sejam, e uma quantidade escassa de meios — corresponde ao modelo típico de ação racional. A questão para o agente que visa chegar ao objetivo pretendido recorrendo aos meios disponíveis é selecionar entre estes os mais adequados. A conexão entre fins e meios é tanto mais racional quanto mais a conduta se dê rigorosamente e sem a interferência perturbadora de tradições e afetos que desviam seu curso. Assim, provavelmente é mais racional aplicar em ações da bolsa de valores a partir da avaliação de um especialista no assunto do que ceder a um impulso, decidir com base num jogo de dados ou aceitar o conselho de um sacerdote.

A conduta será *racional em relação a valores* quando o agente orientar-se por fins últimos, por princípios, agindo de acordo com ou a serviço de suas próprias convicções e levando em conta somente sua fidelidade a tais valores, estes, sim, inspiradores de sua conduta, ou na medida em que crê na legitimidade intrínseca de um comportamento, válido por si mesmo — como, por exemplo, ser honesto, ser casto, não se alimentar de carne... Está, portanto, cumprindo um dever, um imperativo ou exigência ditados por seu senso de dignidade, suas crenças religiosas, políticas, morais ou estéticas, por valores que preza tais como a justiça, a honra, a honestidade, a fidelidade, a beleza... Por conseguinte, não é guiado pela consideração dos efeitos que poderão advir de sua conduta.¹⁴ Daí que às vezes exista nesse tipo de procedimento uma certa irracionalidade no que diz respeito à relação entre meios e fins, já que o agente não se interessa pelo aspecto da racionalidade com a mesma paixão com que exige o respeito aos seus valores. Tal irracionalidade será tanto maior quanto mais absoluto for, para o sujeito, o valor que inspira sua ação. O significado da ação não se encontra, portanto, em seu resultado ou em suas conseqüências, mas no desenrolar da própria conduta, como, por exemplo, a daqueles que lutam em prol dos valores que consideram indiscutíveis ou acima de quaisquer outros, como a paz, o exercício da liberdade (política, religiosa, sexual, de uso de drogas etc.), em benefício de uma causa como a nacional ou pela preservação dos animais. O que dá sentido à ação é sua fidelidade aos valores que a guiaram.

A conduta pode também não ter qualquer motivação racional, como é o caso daquelas de tipo afetivo e de tipo tradicional. Diz-se que o sujeito age de modo afetivo quando sua ação é inspirada em suas emoções imediatas — vingança, desespero, admiração, orgulho, medo, inveja, entusiasmo, desejo, compaixão, gosto estético ou alimentar etc. — sem consideração de meios ou de fins a atingir. Uma *ação afetiva* é aquela orientada pelo ciúme, pela raiva ou por diversas outras paixões. Ações desse tipo podem ter resultados não pretendidos, desastrosos ou magníficos como, por exemplo, magoar a quem se ama, destruir algo precioso ou produzir uma obra de arte, já que o agente não se importa com os resultados ou conseqüências de sua conduta. A ação afetiva distingue-se da racional orientada por valores pelo fato que, nesta, o sujeito “elabora conscientemente os pontos de direção últimos da atividade e se orienta segundo estes de maneira conseqüente”, portanto age racionalmente. Podem constituir ações afetivas: escrever poemas eróticos ou amorosos, torcer por um time de futebol, levar os filhos a shows de cantores adolescentes, desde que elas se orientem pelos sentimentos das pessoas que as realizam.

Quando hábitos e costumes arraigados levam a que se aja em função deles, ou como sempre se fez, em reação a estímulos habituais, estamos diante da ação tradicional. Tal é o caso do batismo dos filhos realizado por pais pouco comprometidos com a religião, o beijo na mão durante o pedido de bênção, o cumprimento semi-automático entre pessoas que se cruzam no ambiente de trabalho ou o acender um cigarro após um café. Weber compara os estímulos que levam à ação tradicional aos que produzem a imitação reativa, já que é difícil conhecer até que ponto o agente tem consciência de seu sentido. Assim como a ação estritamente afetiva, a estritamente tradicional situa-se no limite ou além do que Weber considera ação orientada de maneira significativamente consciente.

Podemos utilizar essas quatro categorias para analisar o sentido de um sem-número de condutas, tanto daquelas praticadas, como das que o agente se recusa a executar ou deixa de praticar: estudar, dar esmolas, comprar, casar, participar de uma associação, fumar, presentear, socorrer, castigar, comer certos alimentos, assistir à televisão, ir à missa, à guerra etc. O sociólogo procura compreender o sentido que um sujeito atribui à sua ação e seu significado. Há que se ter claro, porém, o alerta de Weber de que “muito raras vezes a ação, especialmente a social, está *exclusivamente* orientada por um ou outro destes tipos” que não passam de modelos conceituais puros, o que quer dizer que em geral as ações sofrem mais de um desses condicionamentos, embora possam ser classificadas com base naquele que, no caso, é o predominante.

É necessário distinguir uma ação propriamente social de dois modos de conduta simplesmente reativos, sem caráter social e cujo sentido não se conecta significativamente às ações do outro, a saber: a) a ação homogênea

— aquela executada por muitas pessoas simultaneamente, como proteger-se contra uma calamidade natural, ou aquelas reações uniformes de massa criadas pela situação de classe quando, por exemplo, todos os empresários de um setor aumentam automaticamente seus preços a partir do anúncio pelo governo de que será criado um imposto específico; b) a ação proveniente de uma imitação ou praticada sob a influência da ou condicionada pela conduta de outros ou por uma massa (uma multidão, a imprensa e a opinião pública seriam massas dispersas). Na medida em que o sujeito não orientou *causalmente* sua conduta pelo comportamento de outros já que ele apenas imita, não se estabelece uma relação de sentido, o que coloca esse tipo de ação fora do campo de interesse da Sociologia compreensiva.

RELAÇÃO SOCIAL

Uma conduta *plural* (de vários), reciprocamente orientada, dotada de conteúdos significativos que descansam na probabilidade de que se agir socialmente de um certo modo, constitui o que Weber denomina *relação social*. Podemos dizer que relação social é a probabilidade de que uma forma determinada de conduta social tenha, em algum momento, seu sentido partilhado pelos diversos agentes numa sociedade qualquer. Como exemplos de relações sociais temos as de hostilidade, de amizade, as trocas comerciais, a concorrência econômica, as relações eróticas e políticas. Em cada uma delas, as pessoas envolvidas percebem o significado, partilham o sentido das ações dado pelas demais pessoas. Como membros da sociedade moderna, todos nós somos capazes de entender o gesto de uma pessoa que pega o seu cartão de crédito para pagar uma conta. O mesmo não aconteceria, por exemplo, com um índio ainda distante do contato com a nossa sociedade, pois ele seria incapaz de partilhar, numa primeira aproximação, o sentido de vários dos nossos atos.

Quando, ao agir, cada um de dois ou mais indivíduos orienta sua conduta levando em conta a probabilidade de que o outro ou os outros agirão socialmente de um modo que corresponde às expectativas do primeiro agente, estamos diante de uma relação social. O gerente do supermercado solicita a um empacotador que atenda um cliente. Temos aqui três agentes cujas ações orientam-se por referências recíprocas, cada um dos quais contando com a probabilidade de que o outro terá uma conduta dotada de sentido e sobre a qual existem socialmente expectativas correntes. Tomemos o exemplo desde o ponto de vista da conduta e expectativas de um desses agentes. O cliente, ao fazer suas compras,

já conta tanto com a possibilidade de ser auxiliado pelo empacotador, assim como tem conhecimento de que, se necessário, poderá recorrer ao gerente para que este faça com que o funcionário trabalhe adequadamente. Substituindo-os por um cidadão, um assaltante e um policial, ou por um casal, ou por pais e filhos, temos outros tipos de relação social que se fundam em probabilidades e expectativas do comportamento de cada um dos participantes. O conteúdo dessas relações é diverso: prestação de serviços, conflito, poder, amor, respeito etc. e existe nelas um caráter recíproco, embora essa reciprocidade não se encontre necessariamente no conteúdo de sentido que cada agente lhe atribui mas na capacidade de cada um compreender o sentido da ação dos outros. Um cidadão pode temer o assaltante que, embora reconheça os sofrimentos de sua vítima, é indiferente a eles. O empacotador pode ser solidário com o cliente e este tratá-lo friamente, um parceiro pode sentir paixão pelo outro que abusa da generosidade advinda de tal sentimento. O caráter recíproco da relação social não significa uma atuação do mesmo tipo por parte de cada um dos agentes envolvidos. Apenas quer dizer que uns e outros partilham a compreensão do sentido das ações, todos sabem do que se trata, mesmo que não haja correspondência. Sinais de amor podem ser compreendidos, notados, sem que este amor seja correspondido. O que caracteriza a relação social é que o sentido das ações sociais a ela associadas pode ser (mais ou menos claramente) compreendido pelos diversos agentes de uma sociedade. Além disso, os conteúdos atribuídos às relações tampouco são permanentes, seja totalmente ou em parte, assim como as próprias relações entre agentes, as quais podem ser transitórias, duradouras, casuais, repetir-se etc.

Cada indivíduo, ao envolver-se nessas ou em quaisquer relações sociais, toma por referência certas expectativas que possui da ação do outro (ou outros) aos quais sua conduta se refere. O vendedor que aceita um cheque do comprador, o desportista que atua com lealdade com o adversário e o político que propõe a seus futuros eleitores a execução de certos atos estão se baseando em probabilidades esperadas da conduta daqueles que são o alvo de sua ação. Em suma: as relações sociais são os conteúdos significativos atribuídos por aqueles que agem tomando outro ou outros como referência — conflito, piedade, concorrência, fidelidade, desejo sexual etc. — e as condutas de uns e de outros orientam-se por esse sentido embora não tenham que ter reciprocidade no que diz respeito ao conteúdo.

Tomemos uma ilustração. Ana notou que Beto tem interesse nela: vários de seus atos assim o indicam. Ele a convida para sair, concede-lhe muita atenção. Mas Ana não tem intenção de namorar Beto e procura fazê-lo entender isso através de recusas polidas. Conquanto ambos guiem suas ações por expectativas da ação do outro, nesse caso o conteúdo de ambas não é recíproco, apesar de totalmente compreensível para cada uma das partes. Da mesma forma, somos capazes de entender o sentido de um gesto violento numa agressão, e é isto o que nos leva a reagir de acordo com ele,

mesmo que não haja reciprocidade de nossa parte. O que importa para identificar relações sociais como tais é que estejam inseridas em e reguladas por expectativas recíprocas quanto ao seu significado. Os agentes podem conduzir-se como colegas, inimigos, parentes, comprador e vendedor, criminoso e vítima, admirador e astro, indiferente e apaixonado, patrão e empregado, ou dentro de uma infinidade de possibilidades, desde que todas elas incluam uma referência comum ao sentido partilhado. Uma relação social pode ser também efêmera ou durável, isto é, pode ser interrompida, ser ou não persistente e mesmo mudar radicalmente de sentido durante o seu curso, passando, por exemplo, de amistosa a hostil, de desinteressada a solidária etc. Weber chama o Estado, a Igreja ou o casamento de pretensas estruturas sociais que só existem de fato enquanto houver a probabilidade de que se dêem as relações sociais dotadas de conteúdos significativos que as constituem. Ou seja, de que pessoas nessa sociedade achem que devam se casar, pagar impostos e votar ou assistir às cerimônias religiosas. Assim, do ponto de vista sociológico, um matrimônio, uma corporação ou mesmo um Estado deixam de existir “desde que desapareça a *probabilidade* de que aí se desenvolvam determinadas espécies de atividades sociais orientadas significativamente”.¹⁵ Weber apresenta uma interpretação inovadora a respeito do que é chamado de instituição, ou do que chama de “personalidades coletivas”. Segundo ele, formações sociais como o Estado, cooperativas, sociedades anônimas etc.,

não são outra coisa que desenvolvimentos e entrelaçamentos de ações específicas de pessoas individuais, já que apenas elas podem ser sujeitos de uma ação orientada pelo seu sentido. Apesar disto, a Sociologia não pode ignorar, mesmo para seus próprios fins, aquelas estruturas sociais de natureza coletiva que são instrumentos de outras maneiras de colocar-se diante da realidade. (...) Para a Sociologia, a realidade Estado não se compõe necessariamente de seus elementos jurídicos, ou mais precisamente, não deriva deles. Em todo caso não existe para ela uma personalidade coletiva em ação. Quando fala do Estado, da nação, da sociedade anônima, da família, de uma corporação militar ou de qualquer outra formação semelhante, refere-se unicamente ao desenvolvimento, numa forma determinada, da ação social de uns tantos indivíduos...¹⁶

Tanto mais racionais sejam as relações sociais, mais facilmente poderão ser expressas sob a forma de *normas*, seja por meio de um contrato ou de um acordo, como no caso de relações de conteúdo econômico ou jurídico, da regulamentação das ações de governos, de sócios etc. Pode-se deduzir que isso se torna mais difícil quando se trata de uma relação cujo principal fundamento seja erótico ou valorativo. Na realidade, as relações podem ter ambos conteúdos, enquanto definições ou conceitos são tipos ideais.

Weber refere-se também ao conteúdo comunitário de uma relação social, fundado num sentimento subjetivo (afetivo ou tradicional) de pertença mútua, que se dá entre as partes envolvidas e com base no qual a ação está reciprocamente referida, de modo semelhante ao que costuma ocorrer entre os membros de uma família, estamento, grupo religioso, escola, torcedores de um time ou entre amantes. Já a relação associativa apóia-se num acordo de interesses motivado racionalmente (seja com base em fins ou valores), como o que se dá entre os participantes de um contrato matrimonial, de um sindicato, do mercado livre e de associações religiosas ou como as Organizações Não-Governamentais. Podemos identificar, na maioria das relações sociais, elementos comunitários e societários, assim como há motivos afetivos, tradicionais, religiosos e racionais mesclados em quase todas as ações. Numa igreja ou associação religiosa podemos encontrar claramente tanto o conteúdo comunitário quanto o acordo de interesses racionais. Se o sentimento de pertença a uma comunidade — a comunhão — é a base da vida religiosa para o praticante leigo, o trabalho profissional dos sacerdotes apóia-se em uma organização racional.

Condutas podem ser regulares, seja porque as mesmas pessoas as repetem ou porque muitos o fazem dando a elas o mesmo sentido, e isto interessa à Sociologia. Se tal regularidade acontece devido ao mero hábito, trata-se de um *uso*; quando duradoura, torna-se um *costume*; e é *determinada por uma situação de interesses* quando se reitera unicamente em função da orientação racional da ação. A moda é um uso que se contrapõe, graças ao seu caráter de novidade, ao costume, mas também pode resultar de convenções impostas por um estamento em busca de garantir seu prestígio, como a distinção que se expressa no consumo da alta costura. O processo de racionalização da conduta pode exigir que o agente tome consciência e rejeite sua própria submissão à regularidade imposta pelo costume. Os agentes podem orientar-se pelas suas crenças na *validade* de uma *ordem* que lhes apresenta obrigações ou modelos de conduta (como é o caso dos que vão à escola, ao templo ou ao trabalho). Ao adquirir o prestígio da *legitimidade*, ou seja, quando a ordem se torna *válida* para um ou mais agentes, “aumenta a probabilidade de que a ação se oriente por ela em um grau considerável”, tanto mais quanto mais ampla for a sua validade.¹⁷ A garantia da validade de uma ordem pode se dar com base na “probabilidade de que, dentro de um determinado círculo de homens, uma conduta discordante tropeçará com uma relativa reprovação geral e sensível na prática” ou “na probabilidade de coação física ou psíquica exercida por um quadro de indivíduos instituídos com a missão de obrigar à observância dessa ordem ou de castigar sua transgressão”. No primeiro caso, a ordem chama-se *convenção* e, no segundo, *direito*.¹⁸

DIVISÃO DO PODER NA COMUNIDADE: CLASSES, ESTAMENTOS E PARTIDOS

Um dos problemas que se coloca, por excelência, à Sociologia: é o das diferenças sociais. Na concepção weberiana, elas podem ter vários princípios explicativos. O critério de classificação mais relevante é dado pela dominância, em dada unidade histórica, de uma forma de organização, ou pelo peso particular que cada uma das diversas esferas da vida coletiva possa ter. Se, numa sociedade como a chinesa tradicional, a posição social é fixada pelas qualificações para a ocupação de cargos mais do que pela riqueza, nas sociedades capitalistas modernas a propriedade de certos bens e as possibilidades de usá-los no mercado estão entre os determinantes essenciais da posição de seus membros. Assim, o predomínio da esfera econômica nas sociedades capitalistas tornou a riqueza e as propriedades os principais fundamentos da posição social, enquanto nas sociedades feudais européias valorizava-se a origem, ou linhagem — fatores que são relevantes quando a esfera predominante é a social — como principal elemento de classificação.

A concepção de sociedade construída por Weber implica numa separação de esferas — como a econômica, a religiosa, a política, a jurídica, a social, a cultural — cada uma delas com lógicas particulares de funcionamento. O agente individual é a unidade da análise sociológica, a única entidade capaz de conferir significado às suas ações. Ao agir socialmente tendo em vista a validade de uma determinada ordem cujo sentido é compartilhado por aqueles que dela participam, ele o faz de acordo com os padrões que são específicos de tal ordem e, assim, articula em sua ação sentidos referenciados a esferas distintas. Isto é evidenciado nos achados de Weber sobre a conduta do protestante, mais especificamente o calvinista, cuja ação resulta de uma combinação, com pesos diferenciados, de um sentido puramente econômico, voltado para o mercado, e outro de caráter religioso, orientado para procedimentos destinados à salvação de sua alma. Temos aqui, portanto, um conjunto de condutas ascéticas referidas a ordens que costumam ser conflitivas do ponto de vista ético — a econômica e a religiosa — mas que tiveram, entre seus resultados, a poupança e a acumulação.

É nas ações e no sentido que o agente lhes confere que se atualiza a lógica de cada uma das esferas da vida em sociedade, e é a partir do contexto significativo da ordem na qual uma ação individual está inserida que poderemos compreender sociologicamente seu significado. Assim, “a forma pela qual a honra social é distribuída dentro de uma comunidade, entre grupos típicos pertencentes a ela pode ser chamada de ordem social”.¹⁹ Se existe a probabilidade de alguns homens considerarem válidas

as normas do Direito, eles estarão orientando sua conduta de acordo com a ordem jurídica. Quando, por exemplo, o sentido de uma relação social é dado pela ordem econômica, isto é, pela distribuição de serviços e de propriedades, sua referência fundamental é o mercado.²⁰ Cada pessoa pode participar, ao mesmo tempo, de diferentes esferas, como: ser membro de um partido, desfrutar de um certo grau de prestígio, ter uma propriedade, praticar uma religião... e da infinitude real das ações individuais é que devem extrair-se as regularidades do comportamento humano.²¹

Partindo, portanto, do princípio geral de que só as consciências individuais são capazes de dar sentido à ação social e que tal sentido pode ser partilhado por uma multiplicidade de indivíduos, Weber estabeleceu conceitos referentes ao plano coletivo — a) classes, b) estamentos ou grupos de status e c) partidos — que nos permitem entender os mecanismos diferenciados de distribuição de poder, o qual pode assumir a forma de riqueza, de distinção ou do próprio poder político, num sentido estrito.

Pessoas que têm a mesma posição no que se refere à propriedade de bens ou de habilitações encontram-se numa determinada situação de classe. Nesse contexto, as ações sociais vão ter a sua racionalidade e o seu significado definidos pelo mercado no qual os indivíduos lutam para adquirir poder econômico. É nessa esfera que Weber identifica os elementos para elaborar seu conceito de classes. Diz ele:

Falamos de uma classe quando: 1) é comum a um certo número de pessoas um componente causal específico de suas probabilidades de existência na medida em que 2) tal componente esteja representado exclusivamente por interesses lucrativos e de posse de bens 3) em condições determinadas pelo mercado (de bens ou de trabalho).²²

Como exemplos de classes, cita os proprietários de terras ou de escravos, os industriais, os trabalhadores qualificados e os profissionais liberais — todos os quais constituiriam grupos positivamente privilegiados devido à sua situação no mercado, isto é, a de possuidores de algum tipo de propriedade que tem valor (moeda, terra, máquinas, conhecimentos). Os trabalhadores não-qualificados, ao contrário, formariam uma classe negativamente privilegiada, mas é entre eles que se verificam com mais frequência ações comunitárias, que envolvem o sentimento de pertença mútua. Em cada caso, o conjunto específico de agentes orienta sua ação num sentido que é definido pela sua posição/situação no mercado.²³ É o sentido comum (e fundado em determinadas probabilidades) dessas ações orientadas para o mercado (de trabalho, de produtos, de empreendimentos) que faz de cada conjunto de agentes uma classe.²⁴

Mas o significado das ações também pode ser definido segundo critérios vigentes na ordem social — que é onde se opera a luta por honra e

prestígio e se dá a sua distribuição. Aqui, o conteúdo das relações sociais é baseado em regras de pertença a grupos de status ou estamentos. Logo, outra é a lógica de funcionamento que confere racionalidade a essa esfera:

Em oposição às classes, os estamentos são normalmente comunidades, ainda que, com frequência, de caráter amorfo. Em oposição à situação de classe condicionada por motivos puramente econômicos, chamaremos situação estamental a todo componente típico do destino vital humano condicionado por uma estima específica — positiva ou negativa — da honra adscrita a alguma qualidade comum a muitas pessoas. (...) Quanto ao seu conteúdo, a honra correspondente ao estamento é normalmente expressa, antes de tudo, na exigência de um modo de vida determinado para todos os que queiram pertencer ao seu círculo.²⁵

Weber cita os exemplos do reconhecimento social de que desfrutavam, nos Estados Unidos, os descendentes das Primeiras Famílias da Virgínia, da princesa indígena Pocahontas, dos Pilgrim Fathers e dos Knickerbocker²⁶ o qual é comparável, dentro de certos limites, ao prestígio que pretendem as chamadas tradicionais famílias de algumas regiões brasileiras. Os estamentos (ou estados) expressam sua honra por meio de um estilo de vida típico, constituído pelo consumo de certos bens, por determinados comportamentos e modos de expressão, pela celebração de matrimônios endogâmicos, uso de um tipo específico de vestimentas etc. Ligadas a essas expectativas, existem “limitações à vida social, isto é (...) especialmente no que se refere ao matrimônio, até que o círculo assim formado alcance o maior isolamento possível”,²⁷ assim como a estigmatização de algumas atividades como o trabalho manual e até industrial. Os estamentos garantem a validade das condutas desejáveis por meio de convenções, através das quais expressa-se uma desaprovação geral relativamente a comportamentos discordantes. A validade de uma ordem manifesta-se no fato de que aquele que a transgredir é obrigado a ocultar essa violação.

Enquanto as camadas estamentais socialmente superiores tendem a basear sua posição numa qualidade especial e intrínseca própria, por exemplo, o sangue, os estamentos negativamente privilegiados podem afirmar-se com base na crença em alguma missão que lhes cabe cumprir e, assim, sustentam sua honra e sentimento comunitário, como é o caso dos povos que se dizem enviados de deus ou portadores de uma mensagem. Qualquer que seja o seu caráter, os estamentos podem ser fechados (por descendência) ou abertos.

Ora, uma casta é, sem dúvida, um estamento fechado, pois todas as obrigações e barreiras que a participação num estamento encerra existem numa casta, na qual são intensificadas em grau extremo. O Ocidente conheceu estados legalmente fechados, no sentido de que o intermatrimônio com não-membros do grupo estava ausente. (...) A Europa ainda reconhece

essas barreiras de estamento para a alta nobreza. A América admite-a entre brancos e negros (inclusive todos os sangues mistos) nos estados sulistas da União. Mas na América tais barreiras significam que o casamento é absoluta e legalmente inadmissível, à parte o fato de que tal intermatrimônio provocaria um boicote social.²⁸

Essa forma de estratificação já foi mais significativa no passado e pode chocar-se com a racionalidade presente na esfera econômica dominante na sociedade capitalista. Isto significa que, nas sociedades ocidentais contemporâneas, embora a situação de status não esteja determinada pela mera posse de bens, a longo prazo a propriedade torna-se reconhecida como uma qualificação estamental, porque a própria possibilidade de manter um estilo de vida distintivo exige uma certa disponibilidade de recursos a qual, é, por sua vez, garantida por uma participação regular no poder econômico. Em outras palavras, uma família economicamente decadente tende a perder seu status. De toda maneira, “enquanto as classes têm seu verdadeiro solo pátrio na ordem econômica, os estamentos o têm na ordem social e, portanto, na esfera da distribuição de honras”.²⁹ Mas se no plano histórico a importância dos estamentos concebidos na forma clássica foi reduzida, na Sociologia contemporânea este conceito tem sido utilizado de modo amplo, em virtude de que, através dele, podem explicar-se os mecanismos de imposição de uma ordem social.

É por conceber a sociedade dividida em instâncias diferenciadas que Weber distingue entre os conceitos de classe — fenômeno puramente econômico e definido na esfera do mercado — de consciência de classe — adscrito à esfera social. Weber vê na consciência de classe um caráter contingente, ao contrário de Marx, que postula uma correlação necessária entre esses dois planos. Pertencer a uma determinada classe não implica em possuir qualquer sentimento de comunidade ou consciência de interesses ou direitos. Isso acontece tipicamente com os membros de um estamento, e estes não são necessariamente membros de uma mesma classe. No caso das classes, é possível dar-se uma ação homogênea ou de massa, a qual pode ou não vir a se transformar numa ação comunitária, isto é, aquela inspirada pelos sentimentos (afetivos ou tradicionais) dos seus membros de pertencerem a um todo. No entanto, os membros de uma classe participam tipicamente de outro tipo de ação: a ação societária, baseada em interesses racionalmente motivados. A partir das formas de ação social que os componentes de uma classe são capazes de empreender enquanto grupo, torna-se viável a compreensão do sentido das greves ou da constituição dos fundos de ajuda mútua entre trabalhadores, mas também o da associação entre empresários. O significado das condutas não se encontra em possíveis transformações estruturais da sociedade ou na manutenção do status quo... mas pode ser essencialmente racional com respeito a fins. Nas duas situações, aquelas ações remetem ao mercado: a seu modo de

funcionamento, à configuração específica de interesses que nele se desenha e à maneira como os diversos agentes nele se posicionam.

Uma das distinções entre estamentos e classes refere-se, portanto, à necessária existência, nos primeiros, de um sentimento de pertença, já que as classes são apenas "bases possíveis (e freqüentes) de uma ação comunitária".³⁰ Os membros de grupos de status estão de acordo com a manutenção desse caráter de fechamento aos demais (os não-membros), isto é, de garantia de exclusividade, de privilégios ou monopólios, sempre baseados em algum critério socialmente legítimo de exclusão. Participar de um estamento quer dizer, então, viver de acordo com determinadas regras que diferenciam os componentes deste grupo dos de outros. É esse sentido de distinção — ligado à obtenção e/ou adoção de estilos de vida, maneiras, tradições, modas, diplomas, etiqueta, lugar de residência ou à estigmatização de certos modos de aquisição ou de estabelecimento de parcerias matrimoniais etc. — que orienta a conduta dos agentes que o constituem. Entre as ações comunitárias mais freqüentes nesse caso devem destacar-se as práticas de exclusão e afastamento dos não-membros, as quais reforçam os sentimentos de pertença e de distinção. Ao contrário,

o mercado e os processos econômicos não conhecem nenhuma acepção de pessoas. Os interesses materiais dominam então sobre a pessoa. Nada sabe de honra. Ao contrário dele, a ordem estamental significa justamente o inverso: uma organização social de acordo com a honra e um modo de viver segundo as normas estamentais. Tal ordem é, pois, ameaçada em sua própria raiz quando a mera aquisição econômica e o poder puramente econômico, que revelam claramente sua origem externa, podem outorgar a mesma honra a quem os tenha conseguido, ou podem inclusive (...) outorgar-lhes uma honra superior em virtude do êxito, que os membros de um estamento pretendem desfrutar em virtude de seu modo de vida. Por isso os membros de toda organização estamental reagem com rigor contra as pretensões do mero lucro econômico e quase sempre com tanto maior aspereza quanto mais ameaçados se sentem.³¹

Mesmo que, tendencialmente, estamentos positivamente privilegiados superponham-se a classes também privilegiadas, isto não ocorre sempre. Um exemplo clássico é o da aristocracia feudal européia que, embora economicamente decadente, continuava a ser socialmente valorizada em oposição aos ricos, mas nem sempre refinados, membros da burguesia enriquecida. Uma ilustração contemporânea desse tipo de comportamento distintivo é aquele adotado pelos freqüentadores da chamada alta sociedade em relação aos pejorativamente chamados novos ricos ou emergentes, os que não tiveram berço e, em certos casos, os plebeus. Enfim,

o estamento é uma qualificação em função de honras sociais ou da falta destas, sendo condicionado principalmente, bem como expresso, através

de um estilo de vida específico. A honra social pode resultar diretamente de uma situação de classe sendo, na maioria das vezes, determinada pela média da situação de classe dos membros do estamento. Isso, porém, não ocorre necessariamente. A situação estamental, por sua vez, influi na situação de classe, pelo fato de que o estilo de vida exigido pelos estamentos leva-os a preferir tipos especiais de propriedade ou empresas lucrativas e rejeitar outras.³²

Embora reconheça na definição seguinte uma simplificação excessiva, Weber diz: "As classes se organizam segundo as relações de produção e aquisição de bens, os estamentos, segundo princípios de seu consumo de bens nas diversas formas específicas de sua maneira de viver."³³

As castas seriam, por fim, aqueles grupos de status fechados cujos privilégios e distinções estão desigualmente garantidos por meio de leis, convenções e rituais. Isso se dá geralmente quando há diferenças étnicas, como no caso dos povos párias, podendo ocorrer repulsa e desprezo mútuos, segregações rígidas em termos ocupacionais e às vezes até de qualquer tipo de relacionamento social como compartilhar refeições e freqüentar certos locais.³⁴ Costuma haver regras de endogamia, de comensalidade e de dieta. Os contatos físicos com membros de castas inferiores podem contaminar aqueles das castas superiores e às vezes tal impureza deve ser expiada por meio de um ato religioso. Por sua estrutura, as sociedades de castas implicam num tipo de subordinação entre grupos com maiores ou menores privilégios. Mas Weber aponta para a existência, nesses grupos étnicos oprimidos, de vigorosos sentimentos de uma honra e dignidade própria superiores, apesar de e talvez por eles se encontrarem em uma situação inferior, ou mesmo de serem alvo de desprezo e rejeição por parte dos demais grupos sociais. Muitas vezes as castas vinculam-se a determinados ofícios e sustentam uma ética profissional tradicional de caráter religioso, vocacional, fundada na perfeição do produto, portanto distante "de toda idéia de racionalização do modo de produção que se encontra na base de toda técnica racional moderna — sistematização da exploração para convertê-la em uma economia lucrativa racional — de todo capitalismo moderno".³⁵

Enfim, as diferenças que correspondem, no interior da ordem econômica, às classes e, no da ordem social ou da distribuição da honra, aos estamentos, geram na esfera do poder social os partidos, cuja ação é tipicamente racional: buscar influir sobre a direção que toma uma associação ou uma comunidade. O partido "é uma organização que luta especificamente pelo domínio" embora só adquira caráter político se puder lançar mão da coação física ou de sua ameaça.

Em oposição à ação comunitária exercida pelas classes e pelos estamentos (...) a ação comunitária dos partidos contém sempre uma socialização, pois sempre se dirige a um fim metodicamente estabelecido, tanto se se trata de

um fim objetivo — a realização de um programa com propósitos ideais ou materiais — como de uma finalidade pessoal — prebendas, poder e, como conseqüência disso, honras para seus chefes e sequazes ou ambos de uma só vez. (...) Por isso, só podem existir partidos dentro de comunidades de algum modo socializadas, isto é, de comunidades que têm uma ordem racional e um aparato pessoal dispostos a assegurá-la, pois a finalidade dos partidos consiste precisamente em influir sobre tal aparato e, onde seja possível, ocupá-lo com seus seguidores.³⁶

A DOMINAÇÃO

Uma das questões colocadas à Sociologia é a que se refere à persistência das relações sociais. O que pode levar a que o conteúdo dessas relações ou elas próprias se mantenham? Dito de outro modo, o que faz com que os indivíduos dêem às suas ações um sentido determinado que perdure com regularidade no tempo e no espaço? Qual é a base da regularidade nas ações das pessoas se o que lhes dá sentido não é uma instituição abstrata? Uma vez que Weber entende que o social constrói-se a partir das ações individuais, cria-se um problema teórico: como é possível a continuidade da vida social? A resposta para tais questões encontra-se no fundamento da organização social, chave do verdadeiro problema sociológico: a dominação ou a produção da legitimidade, da submissão de um grupo a um mandato. É fundamental então distinguir os conceitos de poder e dominação.

O conceito de poder é, do ponto de vista sociológico, amorfo já que “significa a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade”.³⁷ Portanto, não se limita a nenhuma circunstância social específica, dado que a imposição da vontade de alguém pode ocorrer em inúmeras situações.

Os meios utilizados para alcançar o poder podem ser muito diversos, desde o emprego da simples violência até a propaganda e o sufrágio por procedimentos rudes ou delicados: dinheiro, influência social, poder da palavra, sugestão e engano grosseiro, tática mais ou menos hábil de obstrução dentro das assembleias parlamentares.³⁸

A probabilidade de encontrar obediência dentro de um grupo a um certo mandato torna os conceitos de dominação e de autoridade de interesse para a Sociologia já que possibilitam a explicação da regularidade do conteúdo de ações e das relações sociais. Enquanto a *disciplina* deve-se à

obediência habitual, por exemplo por parte das massas ou da família, “sem resistência nem crítica”, a *dominação* é

um estado de coisas pelo qual uma vontade manifesta (mandato) do dominador ou dos dominadores influi sobre os atos de outros (do dominado ou dos dominados), de tal modo que, em um grau socialmente relevante, estes atos têm lugar como se os dominados tivessem adotado por si mesmos e como máxima de sua ação o conteúdo do mandato (obediência).³⁹

A dominação legítima pode justificar-se por três motivos de submissão ou princípios de autoridade — racionais, tradicionais ou afetivos.

Pode depender diretamente de uma constelação de interesses, ou seja, de considerações utilitárias de vantagens e inconvenientes por parte daquele que obedece. Pode também depender de mero costume, do hábito cego de um comportamento inveterado, ou pode fundar-se, finalmente, no puro afeto, na mera inclinação pessoal do súdito. Não obstante, a dominação que repousasse apenas nesses fundamentos seria relativamente instável. Nas relações entre dominantes e dominados, por outro lado, a dominação costuma apoiar-se internamente em bases jurídicas, nas quais se funda a sua legitimidade, e o abalo dessa crença na legitimidade costuma acarretar conseqüências de grande alcance. Em forma totalmente pura, as bases de legitimidade da dominação são somente três, cada uma das quais se acha entrelaçada — no tipo puro — com uma estrutura sociológica fundamentalmente diversa do quadro e dos meios administrativos.⁴⁰

São, portanto, três os tipos de dominação legítima: a legal, a tradicional e a carismática. As formas básicas de legitimação justificam-se com base em distintas fontes de autoridade,

a do “ontem eterno”, isto é, dos mores santificados pelo reconhecimento inimaginavelmente antigo e da orientação habitual para o conformismo. É o domínio tradicional exercido pelo patriarca e pelo príncipe patrimonial de outrora. (...) A do dom da graça (carisma) extraordinário e pessoal, a dedicação absolutamente pessoal e a confiança pessoal na revelação, heroísmo ou outras qualidades da liderança individual. É o domínio carismático exercido pelo profeta ou — no campo da política — pelo senhor de guerra eleito, pelo governante plebiscitário, o grande demagogo ou o líder do partido político. Finalmente, há o domínio da legalidade, em virtude da fé na validade do estatuto legal e da competência funcional, baseada em regras racionalmente criadas. Nesse caso, espera-se o cumprimento das obrigações estatutárias. É o domínio exercido pelo moderno servidor do Estado e por todos os portadores do poder que, sob este aspecto, a ele se assemelham.⁴¹

A essência da política, dos mecanismos do mercado e da vida social é a luta; seja ela “o duelo entre cavaleiros regulado convencionalmente, a concorrência sem limites, a disputa erótica sem regulações ou a competição esportiva estritamente regulada”. O conteúdo desse tipo de relação social “orienta-se pelo propósito de impor a própria vontade contra a resistência da outra ou das outras partes”.⁴² Os homens lutam por seus interesses no mercado assim como, para participar no poder ou influir na sua distribuição, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado, “ou mesmo com a finalidade de desfrutar a sensação do prestígio produzida pelo poder”.⁴³ O homem não ambiciona o poder apenas para enriquecer economicamente. Muito freqüentemente, aspiram-se às honras sociais que ele produz.⁴⁴ Em suma, classes, estamentos e partidos são fenômenos de distribuição de poder dentro da comunidade e manifestações organizadas da luta cotidiana que caracteriza a existência humana.

Há que se atentar para o fato de que as categorias de luta e seleção, que poderiam dar margem a uma interpretação darwinista da Sociologia weberiana, não se referem à luta dos indivíduos por suas probabilidades de vida, mas pela seleção das relações sociais, por impedi-las, estorvá-las, favorecê-las ou organizá-las num certo padrão que convém ou atende aos valores ou interesses e crenças daqueles que tratam de impô-los.

A vitória daqueles possuidores de qualidades — não importa se baseadas na força, na devoção, na originalidade, na técnica demagógica, na dissimulação etc. — as quais aumentam suas probabilidades de entrar numa relação social (seja na posição de funcionário, mestre de obras, diretor-geral, empresário, profeta, cônjuge ou deputado) é chamada de *seleção social*. Nesse quadro, a realidade social aparece como um *complexo de estruturas de dominação*. A possibilidade de dominar é a de dar aos valores, ao conteúdo das relações sociais, o sentido que interessa ao agente ou agentes em luta. O espírito do capitalismo, por exemplo, “teve que lutar por sua supremacia contra todo um mundo de forças hostis”. Mas

para que um modo de vida tão bem adaptado às peculiaridades do capitalismo pudesse ter sido selecionado, isto é, pudesse vir a dominar sobre os outros, ele teve de se originar em alguma parte, e não apareceu em indivíduos isolados, mas como um modo de vida comum a grupos inteiros de homens.⁴⁵

A luta pelo estabelecimento de uma forma de *dominação legítima* — isto é, de definições de conteúdos considerados válidos pelos participantes das relações sociais — marca a evolução de cada uma das esferas da vida coletiva em particular e define o conteúdo das relações sociais no seu interior. As atitudes subjetivas de cada indivíduo que é parte dessa ordem passam a orientar-se pela crença numa ordem legítima, a qual acaba por corresponder ao interesse e vontade do dominante. Desse ponto de vista, é

a dominação o que mantém a coesão social, garante a permanência das relações sociais e a existência da própria sociedade. Ela se manifesta sob diversas formas: a interpretação da história de acordo com a visão do grupo dominante numa certa época, a imposição de normas de etiqueta e de convivência social consideradas adequadas, e a organização de regras para a vida política. É importante ressaltar que a dominação não é um fenômeno exclusivo da esfera política, mas um elemento essencial que percorre todas as instâncias da vida coletiva.

Weber interessou-se pelas estruturas de dominação especialmente sob duas formas: a burocrática e a carismática. A primeira corresponde ao tipo especificamente moderno de administração, racionalmente organizado, ao qual tendem as sociedades ocidentais e que pode aplicar-se tanto a empreendimentos econômicos e políticos quanto àqueles de natureza religiosa, profissional etc. Nela a legitimidade se estabelece através da crença na *legalidade* das normas estatuídas e dos direitos de mando dos que exercem a autoridade. Em oposição a ela, as duas outras formas (tradicional e carismática) fundamentam-se em condutas cujos sentidos não são racionais. Em comparação com a carismática, a tradicional é mais estável. Mas, em certas circunstâncias, cada uma dessas formas de dominação pode converter-se na outra ou destruí-la. As formas de dominação tradicionais ou racionais podem ser rompidas pelo surgimento do *carisma* que institui um tipo de dominação que se baseia na “entrega extra-cotidiana à santidade, heroísmo ou exemplaridade de uma pessoa e às regras por ela criadas ou reveladas”.⁴⁶ Ela representa a possibilidade, no sistema teórico weberiano, de rompimento efetivo, apesar de temporário, das outras formas de dominação. Em algum momento de seu exercício e mesmo para manter-se, a dominação carismática tende a tornar-se tradicional ou racional-legal, o que é chamado de rotinização ou cotidianização do carisma.

CARISMA E DESENCANTAMENTO DO MUNDO

A despeito da dimensão iluminista do seu pensamento, na qual a história revela-se como um progresso, existe um Weber pessimista que aponta para as conseqüências negativas, mas inevitáveis, do processo de racionalização, o que dá à sua obra, certamente crítica, um tom de resignação.⁴⁷ Como participante ativo da produção cultural de sua época, Weber partilhava a visão de que o avanço da racionalidade tinha também como resultado uma decadência geral da cultura clássica, em especial da alemã. O sentido em que o processo de evolução vem ocorrendo é tal que “limita cada vez mais o alcance das escolhas efetivas abertas aos homens”. Estes não só têm poucas alternativas como vão se tornando cada vez mais medíocres.

Tudo isso é consequência do que se chama de *desencantamento do mundo*. A humanidade partiu de um universo habitado pelo sagrado, pelo mágico, excepcional e chegou a um mundo racionalizado, material, manipulado pela técnica e pela ciência. O mundo de deuses e mitos foi despovoado, sua magia substituída pelo conhecimento científico e pelo desenvolvimento de formas de organização racionais e burocratizadas, e “os valores últimos e mais sublimes retiraram-se da vida pública, seja para o reino transcendental da vida mística, seja para a fraternidade das relações humanas diretas e pessoais”.⁴⁸ Quais as consequências dessa racionalização operada por meio da ciência e da técnica? Acaso ela garantiria que os homens encontraram o caminho para o verdadeiro deus ou para a felicidade? Para o autor, isso não passa de ilusão ou de otimismo ingênuo. Mas ao menos teríamos hoje um conhecimento mais claro das nossas próprias condições de vida do que tinham os primitivos? É o próprio Weber que responde a essas indagações:

A menos que seja um físico, quem anda num bonde não tem idéia de como o carro se movimenta. E não precisa saber. Basta-lhe poder contar com o comportamento do bonde e orientar sua conduta de acordo com essa expectativa; mas nada sabe sobre o que é necessário para produzir o bonde ou movimentá-lo. O selvagem tem um conhecimento incomparavelmente maior sobre suas ferramentas. (...) A crescente intelectualização e racionalização *não* indicam, portanto, um conhecimento maior e geral das condições sob as quais vivemos. Significa mais alguma coisa, ou seja o conhecimento ou crença em que, se quiséssemos, *poderíamos* ter esse conhecimento a qualquer momento. Significa principalmente, portanto, que não há forças misteriosas incalculáveis, mas que podemos, em princípio, dominar todas as coisas pelo cálculo. Isto significa que o mundo foi desencantado. Já não precisamos recorrer aos meios mágicos para dominar ou implorar aos espíritos. (...) Os meios técnicos e os cálculos realizam o serviço. Isto, acima de tudo, é o que significa a intelectualização.⁴⁹

No entanto, a história não é apenas progresso linear em direção aos mundos burocráticos: há descontinuidades e estados de crise, quando as “estruturas institucionais consolidadas podem desintegrar-se, e as formas rotineiras de vida mostrar-se insuficientes para dominar um estado de crescentes tensões, pressão ou sofrimento”.⁵⁰ O agente da ruptura é o líder, herói ou profeta portador do *carisma*. Esta é

a qualidade, que passa por extraordinária (cuja origem é condicionada magicamente, quer se trate de profetas, feiticeiros, árbitros, chefes de caçadas ou comandantes militares), de uma personalidade, graças à qual esta é considerada possuidora de forças sobrenaturais, sobre-humanas — ou pelo menos especificamente extra-cotidianas, não-acessíveis a qualquer pessoa — ou, então, tida como enviada de Deus, ou ainda como exemplar e, em consequência, como chefe, caudilho, guia ou líder.⁵¹

Com a ênfase que dá ao indivíduo extraordinário, que transcende os limites da rotina cotidiana, Weber abre espaço para um tipo de liderança capaz de produzir mudanças significativas em relações sociais marcadas pela racionalidade — seja na esfera política ou na religiosa, num tipo de dominação tradicional ou burocrática. Ao situar-se em oposição aos poderes hierocráticos tradicionais dos mágicos ou sacerdotes, o profeta ou salvador “colocou seu carisma pessoal contra a dignidade deles, consagrada pela tradição, a fim de romper seu poder ou colocá-los a seu serviço”.⁵²

Weber considerava que, no mais das vezes, as burocracias dominantes, como a confuciana, caracterizavam-se pelo desprezo a toda religiosidade irracional, respeitando-a apenas no interesse da domesticação das massas. As classes e estamentos (os camponeses, os artesãos, os comerciantes, os industriais etc.) relacionam-se de distintas formas com a religiosidade. O proletariado moderno e as amplas camadas da burguesia moderna, se é que tomam uma atitude religiosa unilinear, costumam sentir indiferença ou aversão pelo religioso. A consciência de depender do próprio rendimento, diz ele, é enfocada ou completada pela dependência a respeito das puras constelações sociais, conjunturas econômicas e relações de poder sancionadas pela lei. Mas

as camadas mais baixas do proletariado — as mais instáveis do ponto de vista econômico, de muito difícil acesso às concepções racionais — e as camadas da pequena burguesia — em decadência proletária ou em constante indigência e ameaçadas de proletarização — são presa fácil de missões religiosas, sobretudo as que adquirem forma mágica ou mágico-orgiástica. (...) Sem dúvida é mais fácil que prosperem sobre esse solo os elementos emotivos do que os racionais de uma ética religiosa.⁵³

É esse um *locus* perfeito para o surgimento de lideranças carismáticas de cunho religioso ou político, de salvadores. Mas apesar de e talvez graças ao seu caráter renovador e irracional, o carisma é engolido pela lógica férrea das instituições e obrigatoriamente é *rotinizado* ou *adaptado ao cotidiano*, sendo retomado o caminho da institucionalização tradicional ou racional.

O revolucionismo emocional é seguido pela rotina tradicionalista da vida cotidiana; o líder cruzado e a própria fé desaparecem ou, o que é ainda mais verdadeiro, a fé torna-se parte da fraseologia convencional. (...) Essa situação é especialmente rápida nas lutas de fé, porque elas são habitualmente levadas ou inspiradas por líderes autênticos, isto é, profetas da revolução. Nesse caso, tal como ocorre com a máquina de todo líder, uma das condições para o êxito é a despersonalização e rotinização, em suma, a proletarização psíquica, no interesse da disciplina. Depois de ascenderem ao poder, os seguidores de um cruzado habitualmente degeneram muito facilmente numa camada comum de saqueadores.⁵⁴

A SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO

Como nas demais, também na ordem religiosa existe luta entre agentes pela imposição do seu domínio, podendo ser operadas mudanças decisivas tanto no âmbito da religião como em outras áreas da vida coletiva. Assim como na economia e na política, também tem-se assistido na vida religiosa, especialmente em algumas seitas ocidentais, ao estabelecimento de um conjunto de valores conducentes à racionalização das condutas dos fiéis. Weber considerou este um fenômeno fundamental para a transformação das práticas econômicas e para a constituição da estrutura das sociedades modernas. Portanto, o estudo da religiosidade é essencial para a compreensão das distintas formas de vida social, assim como de sua evolução, sendo a racionalização das relações sociais a mais clara tendência presente nas sociedades ocidentais — questão de grande centralidade no conflito sociopolítico internacional contemporâneo.

Na medida em que cada religião constitui uma individualidade histórica extremamente rica e complexa, uma profecia religiosa pode ter diversos conteúdos. De acordo com o interesse intelectual que o move, Weber enfatiza alguns de seus aspectos, orientando-se pelas conseqüências práticas da religiosidade em termos das suas possibilidades de racionalização da conduta social. Uma das fontes desse racionalismo rigorosamente realista, orientado prática e politicamente, foi a nobreza funcionária militar de Roma, que rejeitava como indecorosos o êxtase na forma orgiástica ou de euforia, assim como a dança, a música e as lutas para treinamento nos ginásios, tão apreciados pelos gregos. As congregações cristãs que sofreram influência romana não incorporaram à religiosidade ou à cultura qualquer elemento irracional, e o desenvolvimento das técnicas de salvação no Ocidente seguiu esse caminho.⁵⁵

Em toda religião que descansa numa técnica de salvação (como o êxtase, a embriaguez, a possessão etc.) o renascimento sob o ponto de vista religioso só parece acessível à aristocracia dos religiosamente qualificados por meio de uma luta pessoal contra os apetites ou afetos da rude natureza humana, apoiada em uma *ética de virtuosos*. Mas a religião pode também fomentar o racionalismo prático. Em outras palavras, estimular uma intensificação da racionalidade metódica, sistemática, do modo de levar a vida, e uma objetivação e socialização racional dos ordenamentos terrenos. Isto foi o que ocorreu com os mosteiros católicos cujas práticas cotidianas somadas à frugalidade dos internos tiveram como conseqüência inesperada um acúmulo considerável de riqueza.

A diferença histórica decisiva entre as religiosidades de salvação predominantes no mundo oriental e no ocidental consiste em que a primeira desemboca essencialmente na contemplação, e a última, no ascetismo. Enquanto os *ascetas* procuravam participar nos processos do mundo, os *místicos* dispunham-se à possessão contemplativa do sagrado, estado “no qual o indivíduo não é um instrumento, mas um recipiente do divino” e portanto foge do mundo para unir-se aos deuses. A atitude religiosa *ascética* conduz o virtuoso a submeter seus impulsos naturais ao modo sistematizado de levar a vida, o que pode provocar uma reorientação da vida social da comunidade num sentido ético religioso, um domínio racional do universo. Para concentrar-se nas obras de salvação pode ser necessária uma separação do mundo — incluindo-se aí as relações familiares, os interesses econômicos, eróticos etc. (*ascetismo negador do mundo*) — ou a atividade dentro e frente à ordem do mundo (*ascetismo orientado para o mundo, secular ou intramundano*). No primeiro caso, o crente defende-se contra as distrações que a vida terrena oferece, no segundo, o mundo torna-se uma obrigação, e a missão do crente, que se torna um reformador ou revolucionário racional, consiste em transformá-lo segundo os ideais ascéticos.⁵⁶ Entregar-se aos bens mundanos põe em perigo a concentração sobre os bens de salvação: é preciso, então, negá-los. Atuar sobre as esferas seculares e submeter seus próprios impulsos naturais convertem-se, para o asceta, numa vocação que ele tem que cumprir racionalmente. Para compreender em linhas gerais a evolução e direções que tomam as doutrinas ascéticas, é necessário que se analise a natureza da organização das comunidades religiosas à luz dos processos de racionalização, especialmente aqueles que se dão após a renovação da ordem tradicional provocada pelo aparecimento de lideranças carismáticas.

Igreja é definida por Weber como uma associação de dominação que se utiliza de bens de salvação por meio da coação hierocrática exercida através de um quadro administrativo que pretende ter o monopólio legítimo dessa coação. Portanto, ela submete seus membros de modo racional e contínuo. Diferentemente de uma *congregação* — que se compõe de um conjunto de auxiliares permanentes, unidos pessoalmente a um profeta portador de carisma —, os *sacerdotes* são aqueles indivíduos socializados por meio da hierarquia administrativa, portanto constituem uma burocracia. A evolução e a organização da Igreja e da “religiosidade congregacional como uma estrutura corporativa a serviço de fins objetivos” supõem um processo de rotinização do carisma do profeta ou salvador.⁵⁷ Isto porque os mandamentos do salvador ou sua profecia pretendem levar a que os crentes modifiquem seu modo de vida a fim de alcançar um ideal sagrado e nisso são guiados pela classe sacerdotal, que vai sistematizar e tornar inteligível para os laicos o conteúdo da profecia ou tradição sagradas. Assim,

se uma comunidade religiosa surge na onda de uma profecia ou da propaganda de um salvador, o controle da conduta regular cabe, primeiro, aos sucessores qualificados carismaticamente, aos alunos, discípulos dos profetas ou do salvador. Mais tarde, sob certas condições que se repetem regularmente (...) essa tarefa caberá a uma hierocracia sacerdotal, hereditária ou oficial.⁵⁸

O processo de racionalização que ocorre na organização da comunidade religiosa reflete-se em suas concepções de mundo e nas razões que são apresentadas para explicar aos fiéis por que alguns são mais afortunados do que outros — ou seja, o sofrimento individual visto como imerecido — e por que nem sempre são os homens bons, mas os maus, os que vencem...⁵⁹ De modo geral, as religiões mais antigas proporcionavam a *teodicéia* dos mais bem aquinhoados — os “homens dominantes, os proprietários, os vitoriosos e os sadios”, os dotados de “honras, poder, posses e prazer” — que viam, assim, legitimada a sua boa sorte. Mas é necessário dar respostas aos mais carentes, os oprimidos, que precisam de conforto e de esperança na redenção, fornecendo-lhes uma teodicéia do seu sofrimento, uma interpretação ética sobre “a incongruência entre o destino e o mérito”. A teodicéia tinha que dar respostas também à injustiça e à imperfeição da ordem social.

O velho problema da teodicéia consiste na questão mesma de como um poder, considerado como onipotente e bom, criou um mundo irracional, de sofrimento imerecido, de injustiças impunes, de estupidez sem esperança. Ou esse poder não é onipotente, nem bom, ou, então princípios de compensação e recompensa totalmente diversos governam nossa vida. (...) Esse problema — a experiência da irracionalidade no mundo — tem sido a força propulsora de toda evolução religiosa.⁶⁰

Para atender às necessidades dos menos afortunados, mágicos e sacerdotes passam a exercer funções mais mundanas de aconselhamento sobre a vida, reforçadas com a criação de uma religiosidade em torno de um salvador daqueles expostos à privação, produzindo uma visão do mundo na qual o infortúnio individual possui valor positivo. No caso do cristianismo, construiu-se sobre a figura de um redentor uma explicação racional para a história da humanidade, sendo a mortificação e a abstinência voluntária justificáveis pelo seu papel na salvação. Toda necessidade de salvação é, para Weber, expressão de uma indigência e, por isso, a opressão econômica ou social é uma fonte eficiente, ainda que não exclusiva, de seu renascimento. Para deixar de ser acessível apenas aos virtuosos, a salvação e os meios para que os indigentes a alcancem assumirão distintas formas de acordo com o conteúdo da religião, sejam eles: a redenção e absolvição, a salvação pela fé e a predestinação. A salvação poderá ser atribuída

não às próprias obras, mas aos atos de um herói em estado de graça ou de um deus encarnado. O pecador que obtém a absolvição mediante atos religiosos pode passar sem uma metódica vida ético-pessoal já que, nessas religiões antigas, não é valorizado o *habitus* total da personalidade, conquistado graças a uma vida ascética ou contemplativa, ou à vigilância perpétua. A salvação pela fé tampouco exige um domínio racional do mundo e sua mudança. Por fim, os indivíduos podem ser predestinados à salvação e, de acordo com o caráter da profecia na qual se origina tal interpretação, o crente tem ou não indícios sobre seu destino, o que pode ocasionar ou não uma ação transformadora no mundo.

Embora os virtuosos tenham procurado ser exemplares na sua prática religiosa, as exigências da vida cotidiana e de incorporação da massa dos não-virtuosos, os não-qualificados religiosamente, reclamam certos ajustes. As concessões que daí se originaram tiveram grande significado para a vida cotidiana, especialmente do ponto de vista do estabelecimento de uma ética racional voltada para o trabalho e para a prática econômica, tradicionais fontes de atrito com a moralidade religiosa. “Em quase todas as religiões orientais, os religiosos permitiram que as massas permanecessem mergulhadas na tradição”, mas dá-se uma grande diferença quando os virtuosos organizam-se numa seita ascética “lutando para modelar a vida nesse mundo segundo a vontade de um deus”.⁶¹ Com isso, propunham-se regras de conduta para os crentes, e sua própria vida individual passava a ser orientada por princípios racionalizadores. Para escapar à relação tensa que sempre existira entre o mundo econômico e uma ética de fraternidade, colocam-se duas alternativas: a ética puritana da vocação ou o misticismo. Se este último é uma fuga do mundano por meio “de uma dedicação sem objeto a todos”, unicamente pela devoção, o puritano “renunciou ao universalismo do amor e rotinizou racionalmente todo o trabalho neste mundo, como sendo um serviço à vontade de Deus e uma comprovação de seu estado de graça”.⁶²

De acordo com suas características, cada ética religiosa penetra diferentemente na ordem social (por exemplo, nas relações familiares, com o vizinho, os pobres e os mais débeis), na punição do infrator, na ordem jurídica e na econômica (como no caso da usura), no mundo da ação política, na esfera sexual (inclusive a atitude a respeito da mulher) e na da arte. Ao produzirem um desencantamento do mundo e bloquearem a possibilidade de salvação por meio da fuga contemplativa, as seitas protestantes ocidentais — que trilharam a via do ascetismo secular e romperam a dupla ética que distinguia monges e laicos — fomentaram uma racionalização metódica da conduta... que teve intensos reflexos na esfera econômica!

Na tentativa de combater as interpretações economicistas ou psicologizantes das religiões e de sua evolução, Weber abordou “os motivos que determinaram as diferentes formas de racionalização ética da conduta da vida *per se*” e procurou explicações internas à própria esfera religiosa.

Nossa tese não é de que a natureza específica da religião constitui uma simples função da camada que surge como sua adequada característica, ou que ela represente a ideologia de tal camada, ou que seja um reflexo da situação de interesse material ou ideal.⁶³

O que Weber faz aqui é uma referência à necessidade de se questionar a unilateralidade da tese materialista, complementando-a com outras vias de interpretação, nesse caso, a relação entre uma ética religiosa e os fenômenos econômicos e sociais, ou melhor, os tipos de conduta ou de modos de agir que possam ser mais favoráveis a certas formas de organização da esfera econômica e a uma ética econômica. E conclui: "Sempre que a direção da totalidade do modo de vida foi racionalizada metodicamente, ela foi profundamente determinada por valores últimos" religiosamente condicionados.⁶⁴ Através da análise de uma das direções em que evolui a esfera religiosa no sentido de uma racionalização crescente, Weber encontrará a base para explicar o predomínio de concepções e práticas econômicas racionalizadas nas sociedades ocidentais. A autonomia da instância religiosa é o pressuposto para que se considere o desenvolvimento das doutrinas e dos sistemas de explicação religiosos a partir da lógica de funcionamento do seu próprio campo. Não há elementos materiais ou psicológicos que sejam determinantes desse processo: as relações entre os diversos agentes religiosos são o fundamento principal de toda causalidade nessa área. No caso de algumas seitas protestantes, as tensões entre os campos econômico e religioso são superadas, e podemos dizer que a afinidade eletiva entre os elementos dominantes em cada um deles reforça o desenvolvimento da ética ascética e do capitalismo enquanto uma forma de orientar a ação econômica.

TENDÊNCIA À RACIONALIZAÇÃO E BUROCRACIA

Se quiséssemos caracterizar, em uma só idéia, a marca distintiva que Weber identifica nas sociedades ocidentais contemporâneas, esta seria de que o mundo tende inexoravelmente à racionalização em todas as esferas da vida social. Dizem seus biógrafos:

Até mesmo uma área de experiência tão interiorizada e aparentemente subjetiva como a da música se presta a um trabalho sociológico sobre o conceito de racionalização de Weber. A fixação de padrões de acordes através de uma anotação mais concisa e o estabelecimento da escala bem temperada; a música tonal harmoniosa e a padronização do quarteto de sopro e dos instrumentos de corda como o núcleo da orquestra sinfônica.

Tais fatos são vistos como racionalizações progressivas. Os sistemas musicais da Ásia, as tribos indígenas pré-letradas da Antigüidade e do Oriente Médio, são comparáveis no que se relaciona com o seu âmbito e grau de racionalização.⁶⁵

O próprio estudo que elabora sobre a Sociologia da religião visa a "contribuir para a tipologia e Sociologia do racionalismo", e por isso "parte das formas mais racionais que a realidade pode assumir", ou seja, as típico-ideais. Procura, assim, "descobrir até que ponto certas conclusões racionais, que podem ser estabelecidas teoricamente, foram realmente formuladas. E talvez descubramos por que não".⁶⁶ Isto não significa que outras formas de atividade, que se tornaram altamente racionalizadas, sempre tivessem tido tal orientação, mesmo no caso da ação econômica que hoje se utiliza amplamente do cálculo como técnica racional. Em sua forma primitiva, todo afanar-se dos homens por sua alimentação é muito semelhante àquilo que nos animais tem lugar sob o império dos instintos. Do mesmo modo, encontra-se pouco desenvolvido o grau de calculabilidade da ação econômica conscientemente orientada pela devoção religiosa, pela emoção guerreira, pelos impulsos de piedade ou por outros afetos semelhantes.⁶⁷

Um dos meios através do qual essa tendência à racionalização se atualiza nas sociedades ocidentais é a organização burocrática. Da administração pública à gestão dos negócios privados, da máfia à polícia, dos cuidados com a saúde às práticas de lazer, escolas, clubes, partidos políticos, igrejas, todas as instituições, tenham elas fins ideais ou materiais, estruturam-se e atuam através do instrumento cada vez mais universal e eficaz de se exercer a dominação que é a burocracia.

Entre os três tipos puros de dominação legítima, a racional ou legal é a forma de organização na qual mais se reduz a importância de outras influências como a riqueza, os costumes, a parentela e os amigos, substituindo-as por leis ou regulamentações administrativas. As ordens passam a ser dadas de maneira previsível e estável; cuida-se da execução dos deveres e dos direitos dos que se submetem a ela; a especialização necessária para o exercício de cargos ou funções é claramente determinada; apelam-se para as normas e os registros escritos, os arquivos, "o sistema de leis, aplicadas judicial ou administrativamente de acordo com determinados princípios, vale para todos os membros do grupo social". A burocracia enquanto tipo ideal pode organizar a dominação racional-legal por meio de uma incomparável superioridade técnica que garanta precisão, velocidade, clareza, unidade, especialização de funções, redução do atrito, dos custos de material e pessoal etc. Ela deve também eliminar dos negócios "o amor, o ódio e todos os elementos sensíveis puramente pessoais, todos os elementos irracionais que fogem ao cálculo".⁶⁸ A organização burocrática é hierárquica, e o recrutamento para seus quadros dá-se através de concursos ou de outros critérios objetivos. Funcionários que pudessem ser eleitos pelos

governados modificariam o rigor da subordinação hierárquica já que isto estabeleceria uma relativa autonomia frente ao seu superior. O tipo ideal do burocrata é o do funcionário que age em cooperação com outros, cujo ofício é separado de sua vida familiar e pessoal, regulamentado por mandatos e pela exigência de competência, conhecimento e perícia e que não pode usar dos bens do Estado em proveito próprio ou apropriar-se deles. O salário é determinado de acordo com o cargo e existe uma carreira que estrutura a hierarquia. Ao ocupar um posto, o funcionário

não se subordina — como, por exemplo, sucede na forma de dominação feudal ou patrimonial — a uma pessoa como a um senhor ou patriarca, mas coloca-se a serviço de uma finalidade objetiva impessoal. (...) O funcionário público, por exemplo — pelo menos num estado moderno avançado —, não é considerado um empregado particular de um soberano.⁶⁹

Embora configurações burocráticas tenham existido no Egito e na China antigos, e seja também desse modo que se organize a Igreja romana, essa é por excelência a forma do Estado moderno que assim expressa a racionalização da dominação política por parte dos grupos que o controlam, seja numa sociedade capitalista ou socialista. Dotada de inúmeras facetas, a organização burocrática tanto pode exacerbar o centralismo decorrente da racionalização, e com isso superar os valores democráticos, como representar um elemento de democratização já que, diante da norma burocrática, todos são em princípio rigorosamente iguais. Weber acreditava que a racionalização acentuar-se-ia ainda mais nas sociedades em que a propriedade dos meios de produção fosse coletivizada. Tais considerações teóricas inspirarão as ciências administrativas assim como os estudos sobre organizações formais e dos partidos políticos.

O processo de burocratização também ocorre na economia e na empresa modernas a partir do estabelecimento de um controle contábil de custos, de formas racionais de organização do trabalho e da mecanização. Com a finalidade de obter o máximo lucro, as empresas capitalistas procuram organizar de modo racional o trabalho e a produção, necessitando, para tanto, garantir-se contra as irrationalidades dos afetos e das tradições que perturbam a calculabilidade indispensável ao seu desenvolvimento. Os indivíduos tenderiam, igualmente, a se tornar mais racionais em suas ações. A disciplina da moderna fábrica capitalista espelha-se na disciplina militar, mas utiliza-se de métodos completamente racionais como aqueles desenhados pela administração científica que o autor conheceu nos Estados Unidos. As sociedades modernas caminham no sentido de uma crescente racionalidade e burocratização também em suas formas de conhecimento, como é o caso da ciência.

Weber enlaça esses temas e responde às suas indagações mais persistentes e fundamentais sobre o desenvolvimento do capitalismo no Ocidente

e a racionalização da conduta promovida por um sistema ético, por meio do que se torna sua obra mais conhecida: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.

RACIONALIZAÇÃO E CAPITALISMO

Entre os elementos específicos das sociedades ocidentais que teriam levado ao surgimento e desenvolvimento do capitalismo não se destacam o incremento da população nem a afluência de metais preciosos. Tal processo ocorreria por meio “da empresa permanente e racional, da contabilidade racional, da técnica racional e do Direito racional. A tudo isso se deve ainda adicionar a ideologia racional, a racionalização da vida, a ética racional da economia.”⁷⁰ Em suma, o capitalismo vinculava-se à racionalização na vida prática. Foi a presença muito significativa de protestantes de várias seitas entre os empresários e os trabalhadores qualificados nos países capitalistas mais industrializados que sugerira a Weber a possibilidade da existência de algum tipo de afinidade particular entre certos valores presentes na época do surgimento do capitalismo moderno e aqueles disseminados pelo calvinismo. Por meio da análise de obras de puritanos e de autores que representavam a ética calvinista — baseada numa atividade incessante no mundo — Weber procurou encontrar uma possível relação entre valores e condições para o estabelecimento do capitalismo. Para os puritanos,

a perda de tempo (...) é o primeiro e o principal de todos os pecados. (...) A perda de tempo, através da vida social, conversas ociosas, do luxo e mesmo do sono além do necessário para a saúde — seis, no máximo oito horas por dia — é absolutamente dispensável do ponto de vista moral.⁷¹

Por isso, até mesmo o esporte deveria “servir a uma finalidade racional: a do restabelecimento necessário à eficiência do corpo” e nunca como diversão ou como meio “de despertar o orgulho, os instintos, ou o prazer irracional do jogo”. Por motivos semelhantes reprovava-se o teatro — o que angariou o ódio e o desprezo de Shakespeare pelos puritanos — e as demais atividades estéticas e artísticas como a poesia, a música, a literatura e até mesmo as que se referiam ao vestuário e à decoração pessoal.

Para fundar as possíveis conexões ou paralelos entre as mudanças na esfera religiosa e as transformações na economia, Weber cita máximas publicadas pelo norte-americano Benjamin Franklin, em meados do século 18, as quais servem de expressão do que ele está chamando de *espírito do capitalismo*:

Lembra-te de que tempo é dinheiro. Aquele que pode ganhar dez xelins por dia por seu trabalho e vai passear ou fica vadiando metade do dia, embora não dispenda mais do que seis pences durante seu divertimento ou vadição, não deve computar apenas essa despesa; gastou, na realidade, ou melhor, jogou fora, cinco xelins a mais. Lembra-te deste refrão: o bom pagador é o dono da bolsa alheia. Aquele que é conhecido por pagar pontual e exatamente na data prometida, pode, em qualquer momento, levantar tanto dinheiro quanto seus amigos possam dispor. Isso é, às vezes, de grande utilidade. Depois da industriiosidade e da frugalidade, nada contribui mais para um jovem subir na vida do que a pontualidade e a justiça em todos os seus negócios; portanto, nunca conserves dinheiro emprestado uma hora além do tempo prometido, senão um desapontamento fechará a bolsa de teu amigo para sempre. O som de teu martelo às cinco da manhã ou às oito da noite, ouvido por um credor, o fará conceder-te seis meses a mais de crédito; ele procurará, porém, por seu dinheiro no dia seguinte se te vir em uma mesa de bilhar ou escutar tua voz numa taverna quando deverias estar no trabalho.⁷²

O trabalho torna-se portanto um valor em si mesmo, e o operário ou o capitalista puritanos passam a viver em função de sua atividade ou negócio e só assim têm a sensação da tarefa cumprida. O puritanismo condenava o ócio, o luxo, a perda de tempo, a preguiça.

Assim, a peculiaridade dessa filosofia da avareza parece ser o ideal de um homem honesto, de crédito reconhecido e, acima de tudo, a idéia do dever de um indivíduo com relação ao aumento de seu capital, que é tomado como um fim em si mesmo. Na verdade, o que é aqui pregado não é uma simples técnica de vida, mas sim uma ética peculiar, cuja infração não é tratada como uma tolice, mas como um esquecimento do dever. (...) Não é mero bom senso comercial (...) mas, sim, um *ethos*.⁷³

Para estarem seguros quanto à sua salvação, ricos e pobres deveriam trabalhar sem descanso, “o dia todo em favor do que lhes foi destinado” pela vontade de Deus, e glorificá-lo por meio de suas atividades produtivas. Estas tinham se tornado um dever a ser metodicamente executado, possuindo um fim em si mesmas. Assim, os puritanos prescrevem: “Contra as dúvidas religiosas e a inescrupulosa tortura moral, e contra todas as tentações da carne, ao lado de uma dieta vegetariana e banhos frios, trabalha energicamente em tua Vocação.”⁷⁴ Essa ética tinha como resultado operários disciplinados

que se aferravam ao trabalho como a uma finalidade de vida desejada por Deus. Dava-lhes, além disso, a tranquilizadora garantia de que a desigual distribuição da riqueza deste mundo era obra especial da Divina Providência que, com essas diferenças e com a graça particular, perseguia seus fins secretos, desconhecidos do homem.⁷⁵

E, por outro lado, empresários que se sentiam abençoados ao estar inteiramente dedicados à produção de riqueza. Weber identificou a presença desse conjunto de valores nos Estados Unidos, na Holanda e na Alemanha e notou que seu desenvolvimento favorecera “uma vida econômica racional e burguesa”. A essa dedicação verdadeiramente religiosa ao trabalho ele chamou *vocação*, fruto de um *ascetismo mundano*, oposto ao ascetismo católico em dois pontos fundamentais: primeiro, no seu caráter de ação metódica no mundo e, segundo, na valorização do sucesso econômico.

... o trabalho é velho e experimentado instrumento ascético, apreciado mais do que qualquer outro na Igreja do Ocidente, em acentuada contradição não só com o Oriente, mas também com quase todas as ordens monásticas do mundo.⁷⁶

O trabalho vocacional é, como dever de amor ao próximo, uma dívida de gratidão à graça de Deus (...) não sendo do agrado de Deus que ele seja realizado com relutância. O cristão deve assim mostrar-se industrioso em seu trabalho secular.⁷⁷

Deve-se lembrar que a doutrina católica, dominante naquela época, condenava a ambição do lucro e a usura. Para os calvinistas, no entanto, desejar ser pobre era algo que soava tão absurdo como desejar ser doente; “a prosperidade era o prêmio de uma vida santa”. O mal não se encontrava na posse da riqueza, mas no seu uso para o prazer, o luxo, o gozo espontâneo e a preguiça. Essa moralidade levou a que alguns milionários norte-americanos preferissem não legar sua fortuna aos próprios filhos como meio de temperá-los no esforço produtivo. “Para os calvinistas, o deus inescrutável tem seus bons motivos para repartir desigualmente os bens de fortuna, e o homem se prova exclusivamente no trabalho profissional.”⁷⁸ Segundo Weber, a adoção dessa nova perspectiva trazida pelo protestantismo permite aos primeiros empresários reverter sua condição de baixo prestígio social e se transformarem nos heróis da nova sociedade que se instalava. Essa ética teve conseqüências marcantes sobre a vida econômica e, ao combinar a “restrição do consumo com essa liberação da procura da riqueza, é óbvio o resultado que daí decorre: a acumulação capitalista através da compulsão ascética da poupança”.⁷⁹ Mas este foi apenas um impulso inicial. A partir dele, o capitalismo libertou-se do abrigo de um espírito religioso e a busca de riquezas passou a associar-se a paixões puramente mundanas. O capitalismo moderno já não necessita mais do suporte de qualquer força religiosa e sente que a influência da religião sobre a vida econômica é tão prejudicial quanto a regulamentação pelo Estado.

Weber adverte ter analisado apenas uma das possíveis relações entre o protestantismo ascético e a cultura contemporânea e que não pretendeu contrapor sua análise ao materialismo de Marx, mas evidenciar as outras

conexões causais possíveis que contribuem para a realização de uma individualidade histórica concreta: o capitalismo ocidental. Para iniciar o exame dessas relações, elaborou um modelo abstrato, um tipo ideal, do que chamou de *espírito do capitalismo*, composto dos elementos que considerou serem seus aspectos definitórios.

C O N C L U S Õ E S

A possibilidade de entender a estrutura social como um conjunto de múltiplas lógicas oferece ricas perspectivas de análise para sociedades cada vez mais complexas. As diferenças sociais, os princípios diversificados que as produzem e a irredutibilidade dos fenômenos sociais de esferas específicas são balizas fundamentais para se pensar as sociedades do século 20. A ênfase no conceito de dominação como parte integrante das relações sociais em qualquer esfera é outro instrumento precioso para se entender a natureza dessas relações. As tendências à informatização no comércio, na indústria, no Estado, nos sistemas financeiros etc., podem também ser analisadas adequadamente com os conceitos de burocratização e racionalização. A gama de temas e de possibilidades que são abertos por Weber são a demonstração de que se trata de um clássico no sentido mais vigoroso da expressão. A complexidade e a abrangência de sua Sociologia, portanto, tornam difícil a tarefa de sintetizar toda a riqueza teórica nela contida. Procurar a unidade de sua obra é como montar um quebra-cabeça — atraente e instigante — que permite múltiplas combinações.

B I B L I O G R A F I A

COHN, Gabriel. *Crítica e resignação* - fundamentos da Sociologia de Max Weber. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

GERTH, Hans; MILLS, Wright. Orientações intelectuais. In: _____. *Max Weber*. Ensaios de Sociologia. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WEBER, Max. A ciência como vocação. In: GERTH, Hans; MILLS, Wright. *Max Weber*. Ensaios de Sociologia. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WEBER, Max. A política como vocação. In: GERTH, Hans; MILLS, Wright. *Max Weber*. Ensaios de Sociologia. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de Irene Szmerecsányi e Tamás Szmerecsányi. São Paulo: Pioneira/UnB, 1981.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). *Max Weber*: Sociologia. Tradução de Amélia Cohn e Gabriel Cohn. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982. p. 79-127.

WEBER, Max. A psicologia social das religiões mundiais. In: GERTH, Hans; MILLS, Wright. *Max Weber*. Ensaios de Sociologia. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WEBER, Max. *Economía y sociedad*. México: Fondo de Cultura, 1984.

WEBER, Max. Índia: o brâmane e as castas. In: GERTH, Hans; MILLS, Wright. *Max Weber*. Ensaios de Sociologia. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WEBER, Max. Origem do capitalismo moderno. In: TRAGTEMBERG, Maurício. *Textos selecionados* - Max Weber. Tradução de Maurício Tragtemberg et al. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores)

WEBER, Max. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. In: GERTH, Hans; MILLS, Wright. *Max Weber*. Ensaios de Sociologia. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

N O T A S

¹ Visão de mundo.

² WEBER. A ciência como vocação, p. 180.

³ WEBER. A ciência como vocação, p. 170-171.

⁴ WEBER. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais, p. 91.

⁵ A ciência social é incluída por Weber na categoria das ciências da cultura desde que estude "os acontecimentos da vida humana a partir de sua significação cultural".

⁶ Weber questiona a unilateralidade da interpretação materialista da história a qual, ao explicar a causalidade dos fenômenos culturais, rebaixa a causas acidentais e cientificamente insignificantes todos os fatores que não se refiram aos interesses materiais.

⁷ WEBER. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais, p. 96. Weber discute a influência que representou, para as ciências históricas e culturais, o sucesso da biologia moderna e de seu princípio de ordenamento da realidade em um esquema de leis gerais. A impossibilidade do uso desse esquema estava em que o método dedutivo exigia um conhecimento da totalidade da realidade histórica como ponto de partida indispensável para o que parecia ser válido e científico.

⁸ WEBER. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais, p. 116.

⁹ WEBER. Rejeições religiosas do mundo e suas direções, p. 372.

¹⁰ As ciências da cultura procuram explicar as obras humanas, o que os homens criaram: suas leis, instituições jurídicas, políticas, sua organização familiar, arte, suas crenças religiosas, valores morais, atividades econômicas, seus sistemas de conhecimento.

¹¹ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 18.

¹² WEBER. *Economía y sociedad*, p. 5.

¹³ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 20.

¹⁴ Tanto ações sustentadas numa ética dos fins últimos (a que faz do valor um fim em si mesmo) quanto aquelas que, pautadas apenas por um cálculo racional, visam atingir determinados fins utilizando quaisquer meios deságuam em paradoxos, porquanto ambas passam por alto as conseqüências que podem recair sobre os outros. Quem é capaz de modificar sua conduta devido a essa consciência orienta-se segundo uma ética de responsabilidade, a qual suplementa a ética da convicção ou das certezas absolutas. Essa decisão não exclui o comprometimento e a paixão por uma causa, tampouco aceita que os fins justifiquem o uso de quaisquer meios.

¹⁵ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 22.

¹⁶ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 12.

¹⁷ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 25.

¹⁸ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 27.

¹⁹ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 683.

²⁰ Weber enumera, entre outras, a propriedade de edifícios, terras cultiváveis, estabelecimentos, armazéns, minas, gado, escravos, controle do próprio trabalho e do trabalho de outros.

²¹ Para Weber, a Sociologia e a História, ciências empíricas da ação, compreendem a ação ao interpretarem o seu sentido. O sociólogo compreende com grau máximo de evidência as conexões de sentido racionais e, com crescente dificuldade, as ações que sofrem a influência de irracionalidades ou as que são orientadas por valores, principalmente se não for

sensível a eles e quer conseguir revivê-los. Cabe também à Sociologia o estudo das regularidades, os modos típicos de desenvolvimento da ação, enquanto a História estuda as conexões singulares.

²² WEBER. *Economía y sociedad*, p. 683.

²³ Os escravos, no entanto, mesmo sendo trabalhadores, e até mesmo qualificados, constituem um grupo de status ou estamento, não uma classe, porque o seu destino não está determinado por qualquer oportunidade de valorizar sua situação no mercado econômico por meio de seu trabalho ou de seus bens.

²⁴ Comunidade é uma relação social na qual a atitude na ação social “inspira-se no sentimento subjetivo dos participantes de constituir um todo” e sociedade “inspira-se em uma compensação de interesses por motivos racionais de fins ou de valores ou também em uma união de interesses”. WEBER. *Economía y sociedad*, p. 33.

²⁵ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 687-688.

²⁶ Estes seriam os personagens que se converteram em mitos fundadores da nação norte-americana: uma princesa nativa, os primeiros puritanos ingleses e os holandeses que migraram e se estabeleceram na região.

²⁷ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 688.

²⁸ WEBER. Índia: o brâmane e as castas, p. 460.

²⁹ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 693.

³⁰ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 683.

³¹ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 691-692.

³² WEBER. Índia: o brâmane e as castas, p. 459.

³³ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 692.

³⁴ Uma forte discriminação referente aos descendentes daqueles trabalhadores que se dedicavam a lidar com a carne e o couro ainda pode ser verificada atualmente na sociedade japonesa.

³⁵ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 353.

³⁶ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 693. Prebendas são pagamentos vitalícios ou se devem ao usufruto de rendas auferidas graças ao desempenho de deveres num cargo.

³⁷ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 43. Como diria Rousseau, em *Do contrato social*: “Ceder à força constitui ato de necessidade, não de vontade; quando muito, ato de prudência. Em que sentido poderá representar um dever?”

³⁸ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 693.

- ³⁹ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 699.
- ⁴⁰ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 706-707.
- ⁴¹ WEBER. A política como vocação, p. 99.
- ⁴² WEBER. *Economía y sociedad*, p. 31.
- ⁴³ Weber esclarece que, embora desde sua perspectiva a Sociologia não reconheça uma personalidade coletiva em ação, o conceito de Estado é um conceito coletivo significativo para os indivíduos que por ele orientam sua conduta.
- ⁴⁴ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 683.
- ⁴⁵ WEBER. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, p. 34.
- ⁴⁶ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 172.
- ⁴⁷ Ver COHN. *Crítica e resignação* - fundamentos da Sociologia de Max Weber.
- ⁴⁸ WEBER. A ciência como vocação, p. 182.
- ⁴⁹ WEBER. A ciência como vocação, p. 165.
- ⁵⁰ GERTH; MILLS. Orientações intelectuais, p. 69-70.
- ⁵¹ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 193.
- ⁵² WEBER. Rejeições religiosas do mundo e suas direções, p. 376.
- ⁵³ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 389.
- ⁵⁴ WEBER. A política como vocação, p. 149.
- ⁵⁵ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 437.
- ⁵⁶ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 429.
- ⁵⁷ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 379.
- ⁵⁸ WEBER. Rejeições religiosas do mundo e suas direções, p. 376.
- ⁵⁹ WEBER. A psicologia social das religiões mundiais, p. 318.
- ⁶⁰ WEBER. A política como vocação, p. 146.
- ⁶¹ WEBER. A política como vocação, p. 334.
- ⁶² WEBER. Rejeições religiosas do mundo e suas direções, p. 381.
- ⁶³ WEBER. A psicologia social das religiões mundiais, p. 312.
- ⁶⁴ WEBER. A psicologia social das religiões mundiais, p. 330.
- ⁶⁵ GERTH; MILLS. Orientações intelectuais, p. 69.
- ⁶⁶ WEBER. Rejeições religiosas do mundo e suas direções, p. 372.

- ⁶⁷ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 82.
- ⁶⁸ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 732.
- ⁶⁹ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 719.
- ⁷⁰ WEBER. Origem do capitalismo moderno, p. 169.
- ⁷¹ WEBER. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, p. 112.
- ⁷² WEBER. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, p. 29-30.
- ⁷³ WEBER. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, p. 31.
- ⁷⁴ WEBER. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, p. 113.
- ⁷⁵ WEBER. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, p. 127.
- ⁷⁶ WEBER. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, p. 112-113.
- ⁷⁷ WEBER. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, p. 205.
- ⁷⁸ WEBER. *Economía y sociedad*, p. 461.
- ⁷⁹ WEBER. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, p. 124.